



FUNDAÇÃO  
**renova**

**PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO MEDIADA**

**Políticas Indenizatórias**

Março de 2018

## SUMÁRIO

### REVISÕES

<b>1. Introdução .....</b>	<b>7</b>
<b>2. Objetivo .....</b>	<b>8</b>
<b>3. Contexto do Programa de Indenização Mediada .....</b>	<b>9</b>
<b>3.1. Visão Geral do Impacto .....</b>	<b>9</b>
<b>3.2. Status atual do PIM .....</b>	<b>13</b>
<b>4. Parâmetros Indenizatórios .....</b>	<b>18</b>
<b>4.1. Exemplo de indenização através dos protocolos .....</b>	<b>20</b>
<b>5. Políticas Indenizatórias .....</b>	<b>23</b>
<b>5.1. Relação entre Protocolo de Elegibilidade, Matriz de Danos, Matriz de Comprovação e Políticas Indenizatórias.....</b>	<b>25</b>
<b>5.2. Grupos atingidos abrangidos pelas políticas indenizatórias..</b>	<b>27</b>
<b>6. Política Indenizatória para empreendimentos de TURISMO para Região da Foz do Rio Doce (Povoação e Regência) .....</b>	<b>29</b>
<b>6.1. O ciclo turístico.....</b>	<b>30</b>
<b>6.2. Antecipação das indenizações .....</b>	<b>31</b>
<b>6.3. Metodologia de Construção Coletiva .....</b>	<b>31</b>
<b>6.4. As Comprovações .....</b>	<b>35</b>
<b>6.5. A Proposta de Indenização .....</b>	<b>36</b>
<b>7. Política Indenizatória para Empreendimentos AREEIROS .....</b>	<b>39</b>

<b>7.1. Razões para construção de uma política de indenização.....</b>	<b>39</b>
<b>7.2. Metodologia de Construção Coletiva .....</b>	<b>39</b>
<b>7.3. Pactuação .....</b>	<b>40</b>
<b>7.4. Antecipação .....</b>	<b>42</b>
<b>7.4.1. Construção da Proposta .....</b>	<b>42</b>
<b>7.4.2. Cálculo e Comprovações do valor da indenização .....</b>	<b>42</b>
<b>7.4.3. Cálculo e comprovação da perda de margem de contribuição</b>	<b>43</b>
<b>7.4.4. Cálculo e comprovação das despesas extras de retomada da produção .....</b>	<b>46</b>
<b>7.4.5. Cálculo e comprovação do incremento dos custos operacionais .....</b>	<b>47</b>
<b>7.4.6. Comercialização .....</b>	<b>48</b>
<b>8. Política Indenizatória para o setor da PESCA .....</b>	<b>49</b>
<b>8.1 Proibição da pesca nas águas continentais do Rio Doce .....</b>	<b>49</b>
<b>8.2 Proibição da pesca nas águas marinhas adjacentes a foz do Rio Doce. 50</b>	
<b>8.3 Razões para construção de uma política de indenização.....</b>	<b>51</b>
<b>8.4 Antecipações de Indenização .....</b>	<b>51</b>
<b>8.5 Metodologia de construção coletiva.....</b>	<b>51</b>
<b>8.6 Metodologia da Indenização .....</b>	<b>53</b>

<b>8.7 Composição da proposta indenizatória .....</b>	<b>53</b>
<b>8.8.2 Levantamento de Custos .....</b>	<b>57</b>
<b>8.8.3 Levantamento de renda para o setor pesqueiro Continental</b>	<b>57</b>
<b>8.8.4 Levantamento de renda para os setores pesqueiros estuarinos e marinhos .....</b>	<b>59</b>
<b>8.8 Conceitos e critérios gerais de indenização para a Pesca.....</b>	<b>60</b>
<b>8.8.1 Classificação .....</b>	<b>60</b>
<b>8.9 Pescadores Profissionais Regularizados .....</b>	<b>61</b>
<b>8.9.1 Elegibilidade .....</b>	<b>62</b>
<b>8.9.2 Classificação quanto à região pesqueira .....</b>	<b>63</b>
<b>8.9.3 Classificação quanto à categoria de pesca .....</b>	<b>63</b>
<b>8.9.4 Precificação .....</b>	<b>64</b>
<b>8.10 Pescador comercial não-regularizado .....</b>	<b>65</b>
<b>8.10.1 Elegibilidade .....</b>	<b>66</b>
<b>8.10.2 Proposta indenizatória.....</b>	<b>67</b>
<b>8.11 Pesca de Subsistência.....</b>	<b>68</b>
<b>8.11.1 Elegibilidade .....</b>	<b>69</b>
<b>8.11.1.1 Recorte de renda .....</b>	<b>70</b>
<b>8.11.1.1.1 Verificação de renda .....</b>	<b>71</b>
<b>8.11.1.2 Recorte Geográfico .....</b>	<b>72</b>

<b>8.11.1.2.1 LMEO do Rio Doce .....</b>	<b>73</b>
<b>8.11.1.3 Projeção do LPM .....</b>	<b>79</b>
<b>8.11.2 Proposta indenizatória.....</b>	<b>79</b>
<b>8.11.3 Famílias Autodeclaradas Indígenas .....</b>	<b>80</b>
<b>8.11.3.1 Indígenas aldeados .....</b>	<b>80</b>
<b>8.11.3.2 Indígenas não-aldeados .....</b>	<b>81</b>
<b>9. ATENDIMENTOS .....</b>	<b>82</b>
<b>9.1. Convocação dos atingidos.....</b>	<b>83</b>
<b>9.2. Opções para o atingido no âmbito do PIM e relação com o auxílio emergencial .....</b>	<b>83</b>
<b>9.3. Assistência jurídica.....</b>	<b>86</b>
<b>10. AÇÕES PÓS-INDENIZAÇÃO .....</b>	<b>87</b>
<b>11. CONCLUSÃO.....</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>94</b>

## REVISÕES

Versão 01: setembro de 2017

Versão 02 (atual): fevereiro de 2018

- Atualização de todos os dados (valores e quantitativos) constantes nos tópicos “3. Contexto do Programa de Indenização Mediada”, “4. Parâmetros Indenizatórios”, entre outros;
- Revisão das premissas indenizatórias de todos os segmentos de impacto a partir das deliberações CIF nº. 111 e 119 no que tange ao pagamento do auxílio financeiro e lucro cessante;
- Substituição do termo “pesca não-regulamentada” para “pesca comercial não-regularizada” a fim de identificar a prática da pesca comercial com porte do RGP com prazo expirado;
- Revisão do tópico relacionado à “8. Política Indenizatória para o setor da Pesca”, inclusão dos subtópicos “8.2. Pescadores profissionais regularizados”, “8.3. Pescadores comerciais não-regularizados” e “8.4. Pesca para subsistência”;
- Revisão da tratativa relativas à pesca amadora no que tange à elegibilidade a indenização, conforme proposto pela Fundação Renova e debatido na 19ª reunião ordinária da CTOS;
- Revisão do tópico que trata das ações pós-indenização.

## **1. Introdução**

A Fundação Renova, através da equipe do Programa de Indenização Mediada – PIM –, apresenta por meio do presente documento uma visão ampla dos grupos de atingidos e seus danos, os conjuntos de parâmetros para atendimento e esclarece o conceito de “políticas indenizatórias”.

## 2. Objetivo

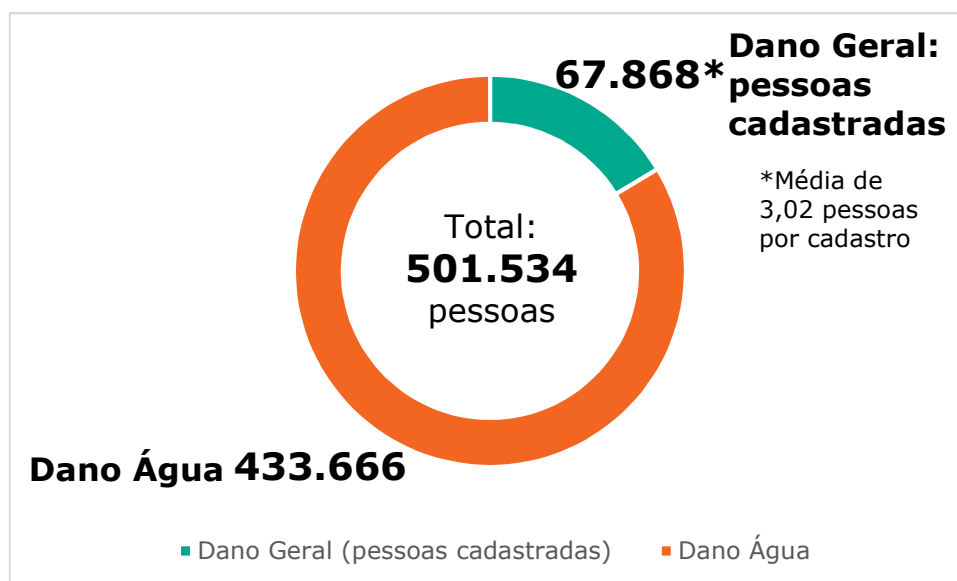
O objetivo deste documento é apresentar, aos membros desta Câmara Técnica de Organização Social, o histórico, razões e soluções que culminaram na criação das “políticas indenizatórias” aqui aventadas. A primeira versão desse documento foi apresentado à esta Câmara Técnica em setembro de 2017 e a presente revisão é apresentada neste mês de fevereiro de 2018. A primeira versão teve como objetivo embasar a solicitação da Fundação Renova para que a metodologia de desenvolvimento das políticas indenizatórias fosse aprovada, sendo uma opção de forma de atendimento e indenização aos atingidos (a outra seria a comprovação de seus danos levantados no Programa de Cadastro).

Dada a solicitação pertinente de atualização das informações aqui contidas, a Fundação Renova apresenta as “Políticas indenizatórias” pós deliberação CIF nº. 119 e fechamento de detalhes outros de atendimento e metodologias.

## 3. Contexto do Programa de Indenização Mediada

### 3.1. Visão Geral do Impacto

Para se entender o universo de atendimentos previstos para o PIM como um todo, faz-se necessário estratificar a quantidade de pessoas impactadas que, atualmente, são tratadas no âmbito do programa.



*Figura 1 - Atingidos classificados por tipo de dano (DA / DG)*

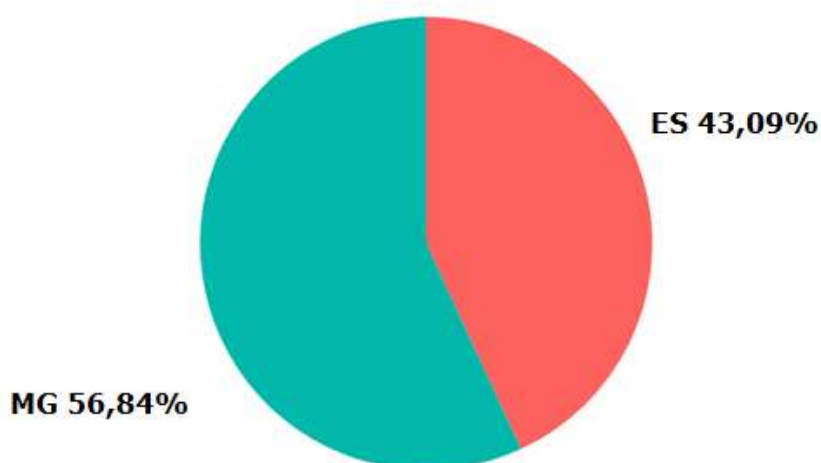
O cenário acima representa, para o Dano Água -DA -, a população total das cidades impactadas e para o Dano Geral - DG -, a quantidade de pessoas registradas em todas as campanhas do Cadastro Integrado. As famílias atingidas em Mariana não estão contabilizadas neste cenário, vez que o Cadastro Integrado, no ano de 2017 passou por processo de construção coletiva com participação ativa dos atingidos, Comissão de Atingidos e sua assessoria técnica, Ministério Público e Fundação Renova, entre outros, objetivando adequação do formulário à realidade específica do impacto naquela região. Em 1º de fevereiro o Cadastro Integrado iniciou a aplicação, também conjunta entre a assessoria técnica dos atingidos e a Fundação Renova, do formulário às famílias atingidas de Mariana. As diretrizes gerais de indenização já foram discutidas conjuntamente no ano de 2017 e agora, esses mesmos agentes retomaram a realização de agendas periódicas para detalhamento dos critérios e metodologia de indenização em Mariana.

A população atingida pelo dano pela interrupção na distribuição e abastecimento de água representa aproximadamente 90% do público total, considerando a primeira e a segunda campanha do Cadastro Integrado. Enquanto a previsão de atendimentos para o Dano Água é quantificada pelo número de pessoas atingidas por município (conforme dados do IBGE), a previsão para o Dano Geral tem por base a primeira e a segunda campanhas do Cadastro Integrado. Os municípios atingidos pela interrupção no abastecimento e distribuição de água estão listados abaixo. Estimamos o comparecimento de aproximadamente 80% da população de cada município ou distrito.

<b>DANO ÁGUA</b>			
<b>MUNICÍPIO OU DISTRITO</b>	<b>Estimativa Populacional</b>	<b>Estimativa de Atendimentos</b>	<b>Pessoas atendidas (propostas aceitas ou não)</b>
<b>Alpercata</b>	6.455	5.164	5.409
<b>Cachoeira Escura, distrito de Belo Oriente</b>	7.941	6.353	9.199
<b>Colatina</b>	125.000	100.000	84.510
<b>Galileia</b>	6.342	5.074	3.171
<b>Governador Valadares</b>	270.000	216.000	140.486
<b>Itueta</b>	3.600	2.880	2.913
<b>Naque</b>	6.341	5.703	5.854
<b>Pedra Corrida, distrito de Periquito</b>	1.500	1.200	1.255
<b>Resplendor</b>	8.000	6.400	6.804
<b>Tumiritinga</b>	4.828	3862	3.522
<b>Total</b>	<b>433.666</b>	<b>346.933</b>	<b>263.123</b>

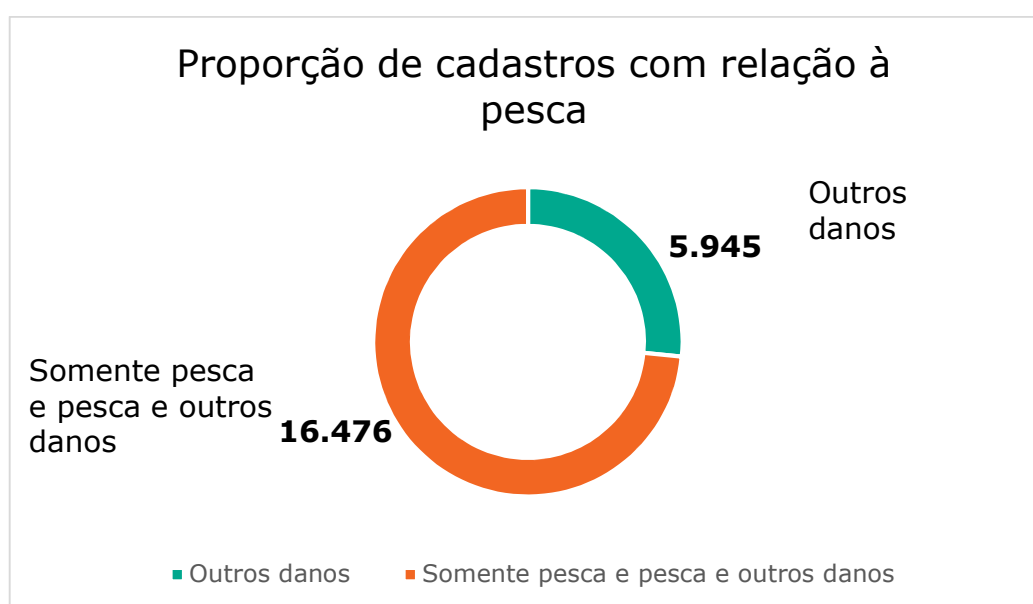
*Tabela 1 - Atendimentos Dano Água*

A maior parte dos cadastros, possível público-alvo do PIM Dano Geral, se encontra no estado de Minas Gerais, como se vê pela imagem abaixo:



*Figura 2 - Proporção de Cadastros entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo*

Esses dados, cuja veracidade somente poderá ser apurada no atendimento no PIM, mostram que grande parte do público atingido (aproximadamente 73,49%) declara danos relacionados à pesca.



*Figura 3 - Proporção de cadastros com relação à pesca*

Resumidamente, os dados dos cadastros apresentados acima foram estratificados de acordo com os seguintes critérios:

- a. Exclusivo Pesca:** São cadastros que declaram danos exclusivamente relacionados à pesca;
- b. Pesca e outros danos:** São cadastros que declaram danos relacionados à pesca combinados a outros tipos de dano, como agricultura ou comércio;
- c. Comércio:** Cadastros que contemplam pessoas ou empreendimentos que declararam danos exclusivamente relacionados ao comércio;
- d. Agropecuária:** Cadastros que contemplam pessoas ou empreendimentos que declararam danos exclusivamente relacionados à atividade agropecuária;
- e. Extração de areia:** Cadastros que contemplam pessoas ou empreendimentos que declararam danos exclusivamente relacionados à atividade de extração de areia;
- f. Outros danos:** Pessoas que declararam outros tipos de danos. Exemplo: carroceiros, lavadeiras, etc.

Os quantitativos demonstrados anteriormente tratam de cadastros, e não de pessoas. Um cadastro geralmente é realizado por núcleo familiar ou por propriedade, portanto, o número de pessoas é superior à quantidade de cadastros.

Salienta-se que não é possível realizar uma classificação intuitiva de danos por profissão (quantidade de pescadores, agricultores ou comerciantes atingidos), pois uma parcela da população declara ter sofrido mais de um tipo de dano, como, por exemplo, agricultores que também pescavam ou pescadores que também comercializavam. Esse fato impossibilita uma estratificação simplória, que correlaciona a quantidade de pessoas impactadas ao seu ofício principal.

Importante destacar que as Políticas Indenizatórias é uma alternativa a atingidos de alguns segmentos de impacto, não vinculando seus acordos no PIM. Assim, ainda que determinado segmento de dano não tenha sua própria política indenizatória como alternativa de atendimento no PIM, o modelo completo de atendimento será apresentado a todos os diretamente impactados cadastrados.

Alguns segmentos de impacto podem ser também atendidos em outros programas da Fundação Renova, que fomentam a retomada das atividades econômicas, sejam elas nos ramos de comércio, agropecuária, pesca, etc.

### 3.2. Status atual do PIM

O Programa de Indenização atualmente tem instalados 33 escritórios ao longo do território atingido. Estes escritórios estão distribuídos em 20 cidades diferentes e contam com 630 funcionários, entre próprios e terceiros, garantindo, assim, a capilaridade necessária para atendimento da população impactada. O período de atendimento do PIM Dano Água se encerrou em 31 de dezembro com uma taxa de adesão em mais de 97% do volume total de agendamentos.



Figura 4 - Mapa de atuação da Renova

DANO GERAL	
MUNICÍPIO OU DISTRITO	Quantidade de Escritórios
Mariana*	01
Barra Longa	01
Rio Doce	01
São José do Goiabal	01
Ipatinga	01
Periquito	01
Governador Valadares	01
Galileia	01
Resplendor	01
Baixo Guandu	02
Colatina	01
Linhares	02
Aracruz	01
Regência	01

<b>Povoação</b>	01
<b>São Mateus</b>	01

*Tabela 2 - Relação de escritórios Dano Geral*

Nos atendimentos de Dano Água, o PIM realizou o pagamento de R\$ **200.267.072,00** (duzentos milhões duzentos e sessenta e sete mil reais) em indenizações e firmou **263.123** acordos (dados atualizados até 18/2/2018). 6.008 pessoas recusaram a proposta ou não conseguiram comprovar residência nas localidades atingidas pela falta de abastecimento de água no período do rompimento. Este número se mostra reduzido graças ao trabalho que as assistentes sociais do PIM desenvolveram junto aos órgãos oficiais e programas sociais governamentais em busca das evidências de residência das pessoas atingidas.

<b>Município</b>	<b>Valor total das indenizações pagas</b>	<b>Número total de propostas aceitas</b>
<b>Alpercata</b>	R\$ 3.961.900,00	5.312
<b>Cachoeira Escura, distrito de Belo Oriente</b>	R\$ 7.110.500,00	9.123
<b>Colatina</b>	R\$ 60.303.284,00	84.015
<b>Galileia</b>	R\$ 1.769.400,00	2.798
<b>Governador Valadares</b>	R\$ 116.170.176,00	136.345
<b>Ituêta</b>	R\$ 1.799.000,00	2.756
<b>Naque</b>	R\$ 1.528.912,00	5.853
<b>Pedra Corrida, distrito de Periquito</b>	R\$ 1.045.500,00	1.207
<b>Resplendor</b>	R\$ 4.044.600,00	6.229
<b>Tumiritinga</b>	R\$ 2.533.800,00	3.477
<b>Total Geral</b>	R\$ 200.267.072,00	257.115

*Tabela 3 - Indenizações pagas e propostas aceitas no Dano Água*

Atualmente existem 39.398 acordos aguardando homologação judicial (acordos que envolvem incapazes têm a exigência legal da homologação em juízo). Como forma de agilizar tais homologações, a Fundação Renova fez convênio com universidades locais, disponibilizando estagiários e estrutura física para o MP e Judiciário, viabilizando maior celeridade para esses processos.

Além disso, já está em funcionamento o PAA – Posto Avançado de Autocomposição, um modelo de resolução de conflitos inovador que consiste na disponibilização de estrutura e mão-de-obra pela Fundação Renova para operacionalização de milhares de audiências de conciliação em ações judiciais de demandas repetitivas, cujo objeto e causa de pedir se relacionam com a interrupção, por mais de 24 horas ininterruptas, no abastecimento de água potável em Governador Valadares.

Enquanto as políticas indenizatórias eram desenvolvidas, objeto central deste documento, o Programa de Indenização Mediada promoveu, desde dezembro de 2016, **antecipações** de valores a grupos de atingidos cuja renda antes do rompimento era superior ao valor do auxílio financeiro emergencial, de modo que recomposições econômicas de comerciantes do turismo local, empreendedores do mercado areeiro e pescadores profissionais com situação documental regularizada foram realizadas nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

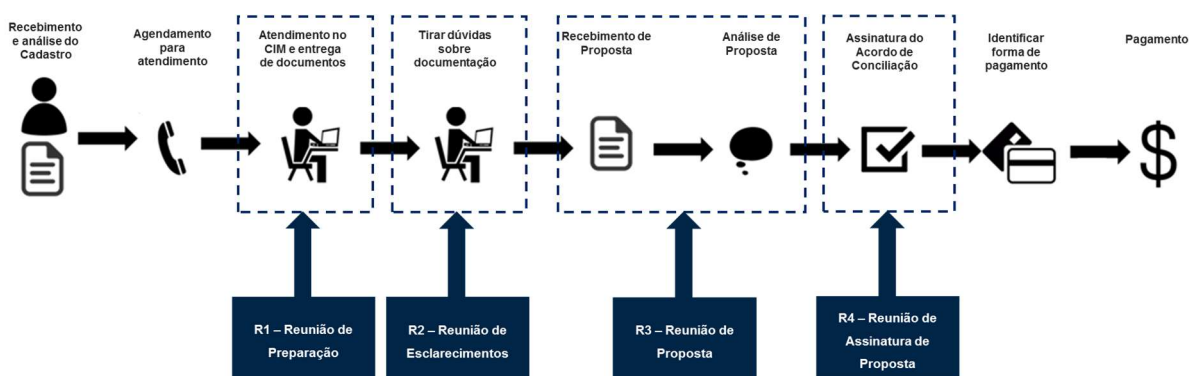


*Figura 5 - Atendimento realizado de Dano Geral*



*Figura 6 - Atendimento realizado de Dano Geral*

O processo de indenização ocorre durante um conjunto de encontros individualizados, que são conduzidos e acompanhados obrigatoriamente por equipes de mediação neutras e independentes. Estas reuniões estão subdivididas nas seguintes etapas: **ingresso**, **esclarecimentos**, **proposta** e **assinatura do Termo de Conciliação**, conforme ilustrado no fluxo a seguir.



*Figura 7 - Etapas de atendimento no Dano Geral*

É importante assinalar que o processo de adesão ocorre de forma absolutamente voluntária, sendo uma faculdade do atingido aderir ou não ao Programa de Indenização Mediada e aceitar os valores apresentados pela Fundação Renova. No entanto, há de se destacar que, após o processo de discussão e construção coletiva das metodologias das Políticas Indenizatórias dos maiores grupos de atingidos (pesca, extração de areia e turismo de Povoação e Regência), a adesão às propostas da Fundação é extremamente satisfatória, vez que os próprios atingidos

construíram, junto com a Fundação e entidades técnicas, os valores que posteriormente são aplicados no caso concreto individualizado.

Uma vez realizada a proposição dos montantes finais calculados a partir da aplicação dos valores da Matriz de Danos aos danos comprovados pelos atingidos (vide cláusula 21 do TTAC), a eles é assegurado o período mínimo de 7 dias para análise cautelosa do valor final proposto. Nos casos de adesão à Política Indenizatória da Pesca, que possui um fluxo reduzido, o atingido pode firmar o acordo no ato da apresentação de proposta, ficando-lhe resguardado o direito de arrependimento pelo mesmo período de 7 dias.

Com o advento da deliberação CIF nº. 119, as duas opções de atendimento e indenização são apresentadas aos atingidos. A Fundação Renova, até 24 de fevereiro de 2018, encaminhou para pagamento **R\$117.614.837,28** entre antecipações de indenização, indenizações intermediárias, complementações de indenização e indenizações finais.

## 4. Parâmetros Indenizatórios

Os parâmetros indenizatórios gerais referem-se aos conjuntos de regras, valores e comprovações que definem as regras: (i) elegibilidade de participação da pessoa atingida no programa, (ii) os montantes indenizatórios os quais a pessoa possui direito e (iii) a documentação comprobatória necessária para ingresso/adesão no programa. Estes parâmetros são comuns a todos os atendimentos do PIM em sua universalidade, cabendo a cada política, criar alternativas a essas regras gerais.

Importante agente na construção desses documentos foi a própria CTOS e CIF que, oportunamente submetidos à CTOS e, após várias sugestões de mudança, foram aprovados pelo CIF, oficializando a adoção destes parâmetros e possibilitando a execução do PIM seguindo essas diretrizes estabelecidas nesses documentos. Existem três documentos mestres que sumarizam as ações do PIM:

- 1. Protocolo de elegibilidade:** É o documento que dispõe sobre os critérios de ingresso no PIM dos diretamente atingidos pelo rompimento da barragem. O documento traz o conceito de “grupos de danos”, listando 12 grandes grupos que compartilham características comuns de impacto entre si:

1	Interferência em bens privados – residências.
2	Interferência em bens privados – veículos.
3	Interferência no trabalho e renda da pessoa física.
4	Interferência nos modos de vida (água).
5	Fatalidades ou desaparecimentos.
6	Incapacidade e lesão corporal.
7	Produção agrícola e agropecuária.
8	Setor da pesca (atividade permanente de pesca).
9	Areeiros, garimpeiros e mergulhadores.
10	Lavadeiras.
11	Balseiros, barqueiros e boteiros.
12	Empresários individuais, micro e pequenas empresas.

*Tabela 4 - Grupos de danos do protocolo de elegibilidade*

Na construção do protocolo de elegibilidade houve a preocupação de se explicitar categorias tradicionais das regiões atingidas como: balseiros, boteiros, lavadeiras, mergulhadores e outros. Entretanto, é importante esclarecer que eventuais setores profissionais que não estão explicitamente descritos no protocolo de elegibilidade **não** estão

impedidos de serem elegíveis ao PIM, pois todos aqueles que comprovarem ter tido **danos diretamente** decorrentes do rompimento da barragem podem aderir ao PIM.

O principal parâmetro para se definir se uma pessoa é elegível ou não à indenização é o **nexo causal direto** entre o dano que ela teve em seu labor ou em sua residência/propriedade/bens e o rompimento da barragem de Fundão, e isso transcende qualquer classificação profissional que esta pessoa esteja inserida. Sendo assim, qualquer pessoa que tenha tido um **impacto direto** na sua geração de renda e não pertença aos grupos profissionais especificados no Protocolo de Elegibilidade (pescadores, balseiros, lavadeiras e outros) poderão se inserir, sem quaisquer dificuldades, no grupo de danos 03 (*"Interferência no Trabalho e Renda de Pessoa Física"*).

**2. Matriz de danos:** É o documento que lista todos os possíveis danos sofridos pelos diretamente atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão e apresenta valores monetários para cada um deles. Os danos relatados nesta Matriz (aproximadamente 1000 itens) foram levantados a partir de dinâmicas diversas e reuniões com as populações atingidas de Barra Longa até a foz do Rio Doce em Regência. Os valores atribuídos a estes danos foram obtidos através de pesquisas de mercado e referências técnicas (SINDUSCON, Emater, Incaper, Embrapa, SECOVI e outros) quando materiais, e através de análises de jurisprudências brasileiras quando morais. As metodologias utilizadas para avaliação e valoração dos danos foram certificadas pelo IBAPE (Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia). É a partir do cruzamento entre os danos levantados no Cadastro Integrado, as comprovações, sejam documentais ou por meio de visita *in loco*, e os valores previstos para estes danos na Matriz de Danos, que se chega ao valor final indenizatório.

**3. Matriz de Comprovação:** É o documento que lista, por grupo de danos, quais os meios comprobatórios que as pessoas atingidas podem utilizar para comprovar o dano direto decorrente do rompimento.

Uma vez apresentados os conceitos acima, o processo completo de indenização no PIM ocorre através da utilização dos documentos apresentados, seguindo o fluxo abaixo:



*Tabela 5 - Fluxo para o modelo completo de atendimento e indenização*

Dos 33 (trinta e três) escritórios instalados pelo PIM, 15 (quinze) são destinados ao atendimento do **Dano Água** (hoje em funcionamento apenas interno para organização de arquivos e procedimentos de homologação dos acordos de incapazes) e 18 (dezoito) são destinados aos atendimentos de **Dano Geral**. Embora seja nítido que estes dois segmentos do programa possuem características de atendimento e dinâmicas bem distintas, ambos têm seu fundamento no mesmo protocolo de elegibilidade.

Os escritórios de Dano Água atenderam as pessoas que, segundo o protocolo de elegibilidade, se enquadraram no grupo de danos 04 ("Interferência no modo de vida (água)"). De maneira semelhante ao Danos Geral, as pessoas que atendidas no Dano Água têm sua indenização valorada pela Matriz de Danos e também se submetem à apresentação da documentação comprobatória constante no Matriz de Comprovação de identidade e residência.

#### 4.1. Exemplo de indenização através dos protocolos

Por razões didáticas, imagine um caso hipotético de um agricultor que resida próximo ao rio Doce e declarou a perda de 10 (dez) bois devido a impossibilidade de dessedentação.

Este agricultor estaria enquadrado no grupo 7 do Protocolo de Elegibilidade, mais precisamente sob o subgrupo 7.5 ("Perda de animais da atividade agropecuária"), fato este que o torna elegível a ingressar no programa.

Grupo		Dano		Elegibilidade
7	Produção agrícola e agropecuária	7.5	Perda de animais da atividade agropecuária	Serão elegíveis as pessoas físicas ou jurídicas que perderam animais utilizados ou não para fins econômicos, em virtude do impacto direto causado pela lama e/ou incapacidade de manutenção da criação/reprodução devido a desabastecimento de água ou água imprópria para consumo. Para fins de verificação da incapacidade serão consideradas as ações realizadas pela Samarco ou pela Fundação Renova no âmbito de outros programas.

*Tabela 6 - Seção do Protocolo de Elegibilidade para perda de animais da atividade agropecuária*

Após passar pela elegibilidade, o dano desse agricultor é valorado por meio da aplicação da Matriz de Danos, a qual aponta um valor unitário de R\$ 2.288,00 por animal perdido. Vale lembrar que este valor tem por base o mês de outubro de 2017 e, no ato do pagamento, o mesmo será corrigido monetariamente pelo IPCA, como definido no TTAC.

# Grupo	Dano indenizado	Dano unitário	Valor unitário (R\$)	Unidade de medida
1	Lucro cessante por interrupção da produção agrícola	Tomate (Quintal) (Receita da 1ª S	6,05	Planta
1	Lucro cessante por interrupção da produção agrícola	Tomate (Quintal) (Lucro de 01 Sa	2,17	Planta
7	Lucro cessante por interrupção da produção agrícola	Tomate (Grandes Produtores) (Si	47.807,10	Ha
7	Perda de animais da atividade agropecuária	Bezerro de Corte	825,00	Unidade
7	Perda de animais da atividade agropecuária	Bezerro Leiteira	1.250,00	Unidade
7	Perda de animais da atividade agropecuária	Bezerro de Corte	1.080,00	Unidade
7	Perda de animais da atividade agropecuária	Bezerro Leiteiro	520,00	Unidade
7	Perda de animais da atividade agropecuária	Boi de Corte	2.288,00	Unidade
7	Perda de animais da atividade agropecuária	Boi Reprodutor Leiteiro	2.860,00	Unidade
7	Perda de animais da atividade agropecuária	Cachaço	670,00	Unidade
7	Perda de animais da atividade agropecuária	Carpa Alevino	220,00	Milheiro

*Tabela 7 - Seção da matriz de danos mostrando o valor do boi de corte*

Por fim, resta a aplicação das Matrizes de Comprovação para que este agricultor evidencie a existência dos animais antes do rompimento.

Grupo		Dano		Documentos comprobatórios
7	Produção agrícola e agropecuária	7.5	Perda de animais da atividade agropecuária	Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), cadastro de produtor rural do IMA, comprovação de vacinação IMA, registro de estabelecimentos de leite e derivados IMA, extratos de leilão, notas fiscais ou ficha do IDAF acompanhados de visita técnica para comprovação a perda dos semoventes.

*Tabela 8 - Seção do protocolo de documentos comprobatórios mostrando a documentação necessária para comprovação da posse dos animais*

Na maioria das vezes, o produtor rural comprova a posse dos animais através das fichas de vacinação ou guias de trânsito animal. Neste caso hipotético, este produtor rural estaria habilitado ao recebimento da indenização pela perda dos animais utilizando do modelo completo de atendimento e indenização.

## 5. Políticas Indenizatórias

A criação das Políticas Indenizatórias se deu em função, basicamente, do alto grau de informalidade nos diversos setores atingidos e à grande dificuldade de comprovação documental por parte destas pessoas. Foram identificados muitos casos de pessoas que (i) não conseguiam comprovar sua própria renda, (ii) não sabiam qual sua própria renda, (iii) tinham dúvidas de como mensurar um dano ainda não cessado, (iv) tinham dúvida sobre o fim do dano, (v) não conseguiam comprovar o quanto perderam, (vi) não conseguiam comprovar o exercício do ofício relatado e atingido e, por fim, (vii) não conseguiam comprovar local de residência.

Além de buscar uma alternativa para os atingidos que vivem no ambiente de alta informalidade brasileira também receberem sua justa indenização, as Políticas Indenizatórias apresentadas permitem um processo mais célere e facilitado ao atingido. Por fim, entendemos que o risco de judicialização tende a diminuir com a aplicação das Políticas Indenizatórias como uma opção aos atingidos para o recebimento de sua justa indenização de forma extrajudicial.

A cláusula 21 do TTAC descreve a documentação necessária que a pessoa atingida deve fornecer durante a fase do Cadastro Integrado para comprovação dos danos e que suportarão o processo de indenização:

*"CLÁUSULA 21: O cadastro se refere às pessoas físicas e jurídicas (neste último caso, apenas micro e pequenas empresas), famílias e comunidades, devendo conter o levantamento das perdas materiais e das atividades econômicas impactadas.*

*PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para cadastro, o IMPACTADO deverá apresentar, por meio de documentos públicos ou privados, ou outros meios de prova, comprovação de dados pessoais, idade, gênero, composição do núcleo familiar, local de residência original, ocupação, grau de escolaridade, renda familiar antes do EVENTO, número de documento de identidade e CPF, se houver, fundamento do enquadramento como IMPACTADO, comprovação dos prejuízos sofridos, por meio de documentos públicos ou privados, ou outros meios de prova, e outros dados que venham a se mostrar necessários.*

*PARÁGRAFO SEGUNDO: Em casos excepcionais, a FUNDAÇÃO poderá aceitar que os IMPACTADOS que não possuam os documentos mencionados no parágrafo anterior poderão comprovar*

*as informações requeridas mediante declaração escrita a ser feita, sob as penas da lei, conforme PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL PRELIMINAR celebrado com o Ministério Público Federal, do Trabalho e do Estado do Espírito Santo em 4 de dezembro de 2015.”*

Entretanto, ao longo do processo indenizatório, percebeu-se que a maioria dos atingidos cadastrados se encaixava nas condições do parágrafo segundo, que deveria ser exceção.

Sendo assim, a execução do PIM através dos moldes comprobatórios convencionais mostrou-se inviável para o objetivo final do programa, que é permitir a reparação individual dos danos sofridos, sendo uma opção justa, ágil e voluntária aos atingidos. Assim, as Políticas Indenizatórias se apresentam como uma forma de viabilizar as indenizações e evitar a judicialização e podem ser entendidas como:

- Conjunto de critérios construídos junto com as pessoas atingidas, entes técnicos e poder público que proporciona uma alternativa de atendimento e pagamento de indenização aos atingidos;
- Construção de critérios de forma consensual (não é unilateral) e participativa;
- Construção de parâmetros e estimativas através de métodos técnicos;
- Uma alternativa justa, viável e célere que permite o acesso à indenização para os atingidos com dificuldade de comprovação e em um ambiente de alta informalidade;
- Parâmetros consensuais coletivos que fazem parte da negociação individual dos atingidos;
- Critérios que quantificam aquilo que não é possível comprovar.

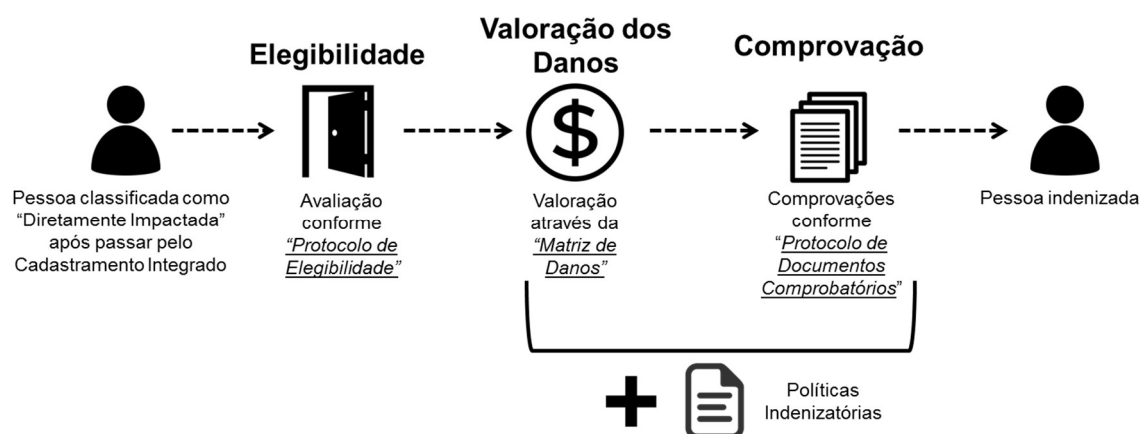
Importante destacar que a elaboração das políticas de indenização é um complemento ao modelo de indenização atual, sendo mais uma alternativa oferecida, tendo o atingidos as seguintes possibilidades:

- Receber indenização mediante comprovações do dano sofrido;
- Receber indenização conforme políticas de indenização.

À medida em que o processo de Cadastro e os atendimentos no PIM, o processo ganhou mais informações, chegando mais próximo da mensuração do real dano sofrido. Assim, é possível reparar a perda de renda de acordo com a realidade anterior ao rompimento, evitando a continuidade de distorções provenientes do valor padronizado do Auxílio Financeiro Emergencial - AFE.

### 5.1. Relação entre Protocolo de Elegibilidade, Matriz de Danos, Matriz de Comprovação e Políticas Indenizatórias

As políticas indenizatórias são metodologias que não estavam inicialmente previstas no Programa de Indenização Mediada, cuja necessidade de desenvolvimento foi verificada à medida em que o processo indenizatório avançava. Estas políticas não substituem a tríade de documentos mestres do programa (Protocolo de Elegibilidade, Matriz de Danos e Matriz de Comprovação), mas sim a complementa.



*Figura 8 - Relação entre protocolo de elegibilidade, matriz de danos, protocolo de documentos comprobatórios e as políticas indenizatórias*

As Políticas Indenizatórias representam uma fonte de informação imprescindível quando as pessoas atingidas não conseguem enquadrar suas perdas econômicas na Matriz de Danos e também não conseguem comprovar seus prejuízos através da Matriz de Comprovação. Desta maneira, é feito um processo participativo para a construção das políticas, a qual gera novos parâmetros e estes realimentam a Matriz de Danos e a Matriz de Comprovação (ambos em constante atualização).

Para exemplificar, um dos parâmetros mais dependentes da política indenizatória é o lucro cessante da atividade laboral. As perdas materiais constantes na Matriz de Danos possuem valores fixos e determinados através de fontes oficiais, por exemplo: valor de um boi, valor de uma âncora, valor de um carro, valor do m<sup>2</sup> do pasto e outros. Entretanto, quando se trata de lucro cessante, é de se imaginar que cada pessoa possua uma renda diferente, vez que diversos são os fatores internos e externos que determinam a produtividade de determinada atividade econômica e, conseqüentemente, a renda. Em função disso, a Matriz de Danos foi criada com a instrução específica “calcular individualmente” na linha correspondente ao lucro cessante, como pode ser observado na linha grifada em amarelo abaixo:

# Grupo	Dano indenizado	Dano unitário	Valor unitário (R\$)	Unidade de medida
8	Comprometimento da atividade econômica pesqueira com prejuízo à renda	Comprometimento Da Atividade Econômica Pesqueira Com Prejuízo À Renda	Calcular individualmente	Impactado
8	Perda de equipamento de pesca	Ancora Galvanizada 2Kg (Marca Bruce)	279,65	Unidade
8	Perda de equipamento de pesca	Ancora Garateia 5Kg Tam. G (Marca Apoita)	119,69	Unidade
8	Perda de equipamento de pesca	Boia Circular Classe Iii 50Cm (Marca Ativa)	133,77	Unidade

*Tabela 9 - Seção da matriz de danos sobre lucro cessante*

De acordo com esta premissa do programa, a renda da pessoa impactada seria calculada através de suas comprovações. Estas comprovações estão listadas na Matriz de Comprovação, como pode ser verificado abaixo:

Grupo	Dano	Documentos comprobatórios
8 Cadeia da pesca (atividade permanente de pesca)	8.1 Comprometimento da atividade econômica pesqueira com prejuízo à renda	Cópia das 3 últimas declarações de imposto de renda ou outra forma de comprovação documental de recebimento de valor superior ao auxílio subsistência pago pela Samarco. Rol exemplificativo: Notas fiscais, extrato bancário, análise de contas familiares antes do evento.
	8.2 Pagamento de juros e multas por quebras de contratos e atrasos	Boletos ou outra forma de comprovação dos juros ou multas em decorrência do atraso de pagamento acompanhado dos mesmos boletos antes da data do evento que estavam adimplentes. *Aplicável apenas a contas destinadas a saúde e educação.

*Tabela 10 - Seção do protocolo de documentos comprobatórios para comprovar lucro cessante*

Como foi observado que a parcela majoritária das pessoas impactadas não possui estas comprovações de renda, o objetivo final do programa restaria comprometido caso uma alternativa não fosse desenvolvida. Para resolver este problema, as

Políticas Indenizatórias foram construídas junto com os atingidos, de maneira a fornecer estimativas bem embasadas e robustas para a renda média de uma determinada categoria laboral. Uma vez estabelecida esta estimativa de renda média com os atingidos de cada segmento de impacto, é inserida na Matriz de Danos como uma nova linha e passa a fazer parte deste documento.

Em outras palavras, a Política Indenizatória suplementa os valores da Matriz de Danos, que deveriam vir através de fontes oficiais ou através de comprovações (linha de lucro cessante com valor em aberto para “calcular individualmente”), com valores provenientes de estimativas técnicas e que foram construídos juntamente com a população atingida.

Embora o exemplo mostrado demonstre a atuação da Política Indenizatória no caso da Matriz de Danos (valores de renda), a política auxilia de maneira semelhante na Matriz de Comprovação, e que também é construída junto com a população, elencando novos documentos possíveis que possam ser utilizados para a comprovação do dano.

## **5.2. Grupos atingidos abrangidos pelas políticas indenizatórias**

A identificação da necessidade de Políticas Indenizatórias ocorre à medida em que grupos de pessoas atingidas são atendidas no PIM e apresentam algum tipo de dificuldade de preenchimento dos requisitos do modelo completo de atendimento no PIM. Este tipo de análise não é possível apenas observando os dados do Cadastro Integrado pois, como descrito anteriormente neste documento, muitos dos entrevistados optaram por não fornecer documentações na etapa do Cadastro, somente o fazendo no atendimento no PIM.

Até o momento (17/2/2018), houve a necessidade de criação de Políticas Indenizatórias para três grupos, sendo eles: **(i) areeiros, (ii) empreendedores de turismo da foz do Rio Doce e (iii) pessoas que praticavam atividade pesqueira.**

As pessoas cujos cadastros apontam danos de pesca conjugados a outros danos, embora tenha possibilidade de ter estes outros danos tratados pelo método convencional de atendimento ao PIM, de qualquer maneira podem se valer da Política de Pesca para serem indenizadas por seus danos relacionados à pesca, sem prejuízo de usar do modelo de atendimento completo para a indenização de seus outros danos.

Novos grupos de pessoas atingidas que por ventura venham a necessitar de Políticas Indenizatórias passarão pelo mesmo processo de criação deste instrumento o qual, uma vez validado pelo CIF, será aplicado em campo. Entretanto, como pode ser observado nos gráficos ora apresentados, grande parte das pessoas atingidas, mais de 75% dos cadastros estão abrangidos pelas Políticas Indenizatórias.

## **6. Política Indenizatória para empreendimentos de TURISMO para Região da Foz do Rio Doce (Povoação e Regência)**

Regência situa-se no quadrante sul de Linhares, junto à Foz do lado sul do Rio Doce, com distância aproximada de 45 km da sede do município. Possui uma área de aproximadamente 2.400 hectares, com 1.200 habitantes, totalizando aproximadamente 330 famílias. O vilarejo, antigo reduto hippie, abriga pousadas, pequenos comércios, restaurantes, lanchonetes, casas de shows, empreendimentos relacionados ao ecoturismo, prática do surf, entre outros. Parte desses negócios é de natureza informal, enquanto que outra parcela já se encontra em situação regular.

Povoação, uma típica vila de pescadores, localiza-se à margem norte do Rio Doce, distando 38 km da sede de Linhares. Sua população está estimada em 3.250 pessoas. O local concentra empreendimentos majoritariamente informais, como “botecos”, mercearias, algumas pousadas, “cabanas” (pequenos restaurantes com cardápios predominantes de petiscos de pescados), além de comerciantes em geral e ambulantes locais. Em função da característica essencialmente informal do empreendedorismo do ramo turístico na região da Foz do Rio Doce, foi identificada a necessidade de se criar, junto dos atingidos desse segmento, uma forma de mensuração de seus danos.

A partir da chegada da lama à região, buscou-se compreender quais haviam sido os impactos na rentabilidade comercial destes empreendimentos, para que se pudesse iniciar o processo de indenizações individuais, de forma justa e célere. No entanto, mediante análise das comprovações apresentadas por meio do processo de cadastramento, verificou-se elevados índices de informalidade, dificultando a identificação de valores plausíveis para indenizações. A autodeclaração tornou-se, neste momento, argumentação recorrente entre empreendedores desse grupo de dano. No entanto, diante da impossibilidade de se estabelecer parâmetros comparativos entre o “antes” e o “depois”, a exemplo de taxas de ocupação de hospedagens, fez-se necessário avançar com a criação de uma política de

indenização para o turismo, de modo que se pudesse oferecer ressarcimentos coerentes e justos para a realidade local.

### 6.1. O ciclo turístico

Uma característica dos locais atingidos é a oscilação do fluxo turístico ao longo do ano, o qual se encontra segmentado em basicamente em quatro blocos. São eles:

- **Alta temporada:** Época do ano em que há elevado contingente de turistas na região, porém não suficiente para a lotação absoluta de pousadas, restaurantes etc. São exemplos da época de alta temporada os feriados, parte do mês de julho e dezembro, além do mês de janeiro, onde ocorrem as férias escolares;
- **Baixa temporada:** Época do ano em que há baixo fluxo de turistas na região, como finais de semana convencionais, exceto os que contenham alguma combinação com feriados;
- **Datas Especiais:** Época do ano em que há elevado fluxo de turistas na região, onde a maioria das pousadas e restaurantes atuam quase em suas capacidades máximas de lotação. O carnaval e o réveillon são as épocas do ano em que caracterizam estas datas especiais;
- **Temporada vazia:** Época do ano em que há escasso movimento de turistas.

O calendário a seguir representa a divisão das ocorrências turísticas na região:

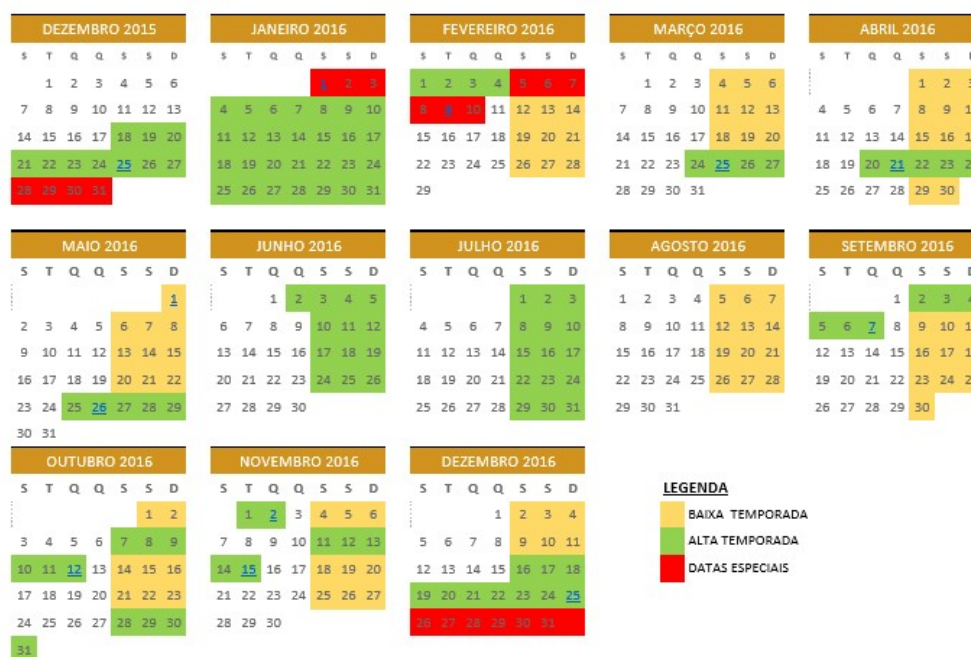


Figura 9 - Representação das categorias de fluxo de turistas na região durante o ano

## 6.2. Antecipação das indenizações

Em janeiro de 2017, antes do fechamento da Política Indenizatória para o Turismo da Foz do Rio Doce, foi executado um processo de antecipações para comerciantes relacionados ao turismo de Regência e Povoação, com o objetivo de capitalizar empreendedores atingidos e possibilitar condições mínimas de operação para mitigação de novas perdas econômicas até que os acordo de indenização final pudessem ser firmados. Foram realizadas, ao total, 44 antecipações, perfazendo um montante líquido de R\$ 507.000,00.

## 6.3. Metodologia de Construção Coletiva

Com o intuito de se construir de forma coletiva a Política Indenizatória e de se garantir as condições de isonomia e justiça, conforme orientações do TTAC, a Fundação Renova estimulou e organizou uma sequência de reuniões comunitárias com representantes do setor turístico de Regência e Povoação. Os encontros, segmentados por localidades, tornaram-se a base das diretrizes que definiram as condições de indenização deste setor.

Inicialmente, foram realizadas as reuniões com representantes do turismo de Regência. E, na sequência, ocorreram os encontros com representantes locais de Povoação. Os participantes foram indicados pelas Associações de Moradores locais e pela Associação de Comerciantes de Regência. Tanto os comerciantes de natureza formal quanto informal puderam participar dos debates, bem como expor suas dúvidas, considerações e contribuições no que diz respeito à criação da Política Indenizatória. Relatos sobre as condições anteriores e atuais das localidades foram trazidos pelos participantes, a exemplo da baixa procura por hospedagens pós-rompimento, do decréscimo no faturamento mensal e das dificuldades financeiras na retomada das atividades.



*Figura 10 - Construção da Política Indenizatória do Turismo, comunidade de Povoação, Linhares-ES*



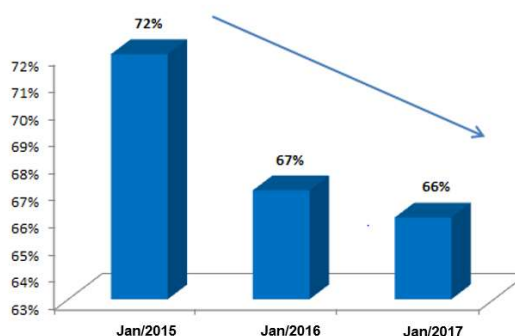
*Figura 11 - Construção da Política Indenizatória do Turismo, comunidade de Regência, Linhares-ES*

No início do primeiro encontro, a Fundação Renova explanou sobre o cenário da informalidade do setor e apresentou pré-propostas de indenização aos grupos. A partir de questionamentos e argumentações por parte dos empreendedores locais, deu-se início ao efetivo debate para construção coletiva da proposta final. Ao longo das reuniões, foram realizadas pesquisas e consultas junto de entes do turismo no estado do Espírito Santo, Região Sudeste e em âmbito nacional. Abaixo listagem de parte das fontes consultadas:

- ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis) – Hotéis e Pousadas do Espírito Santo;
- BANDES (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo);
- CDL-Linhares (Câmara de Dirigentes Lojistas);
- FOHB (Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil);
- SEBRAE-Linhares (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas);
- Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Linhares;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano de Linhares;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Linhares;
- Secretaria de Estado do Turismo do Espírito Santo.

Uma das informações obtidas junto às instituições supracitadas, foi a indicação de uma redução significativa nas taxas médias de ocupação no setor turístico, sobretudo em decorrência da crise econômica brasileira e crise hídrica na região, período em que coincide com o momento pós-rompimento da barragem de Fundão. Assim, tornou-se tarefa de elevada complexidade compreender as delimitações entre os reais efeitos do impacto da passagem da lama sobre as localidades de Regência e Povoação e as consequências de outros fatores externos como as crises citadas.

**Taxa de ocupação: Grande Vitória**



*Figura 12 - Taxas de Ocupação: Grande Vitória (alta temporada: 2015, 2016 e 2017). Fonte: ABIH, 2017*

**Taxa de ocupação: Grande Vitória**

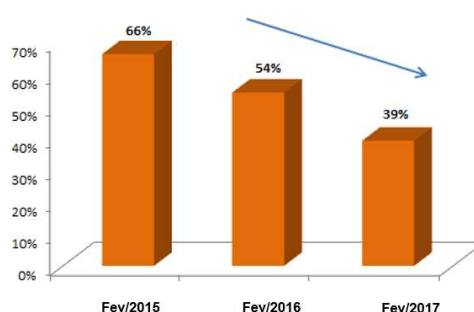


Figura 13 - Taxas de Ocupação: Grande Vitória (alta temporada: 2015, 2016 e 2017). Fonte: ABIH, 2017

BRASIL jan - dez/16			Taxa de ocupação		
Região	UHs	Hotéis	2015	2016	Variação
CO	2.296	13	55,54%	52,06%	▼ -6,3%
NE	4.573	31	63,01%	59,81%	▼ -5,1%
N	1.366	10	48,33%	45,14%	▼ -6,6%
SE	21.665	132	61,19%	56,47%	▼ -7,7%
S	6.547	49	60,91%	59,34%	▼ -2,6%
Brasil	36.446	235	60,52%	56,70%	▼ -6,3%

\*RevPAR: Revenue Per Available Room = Receita por Apartamento Disponível

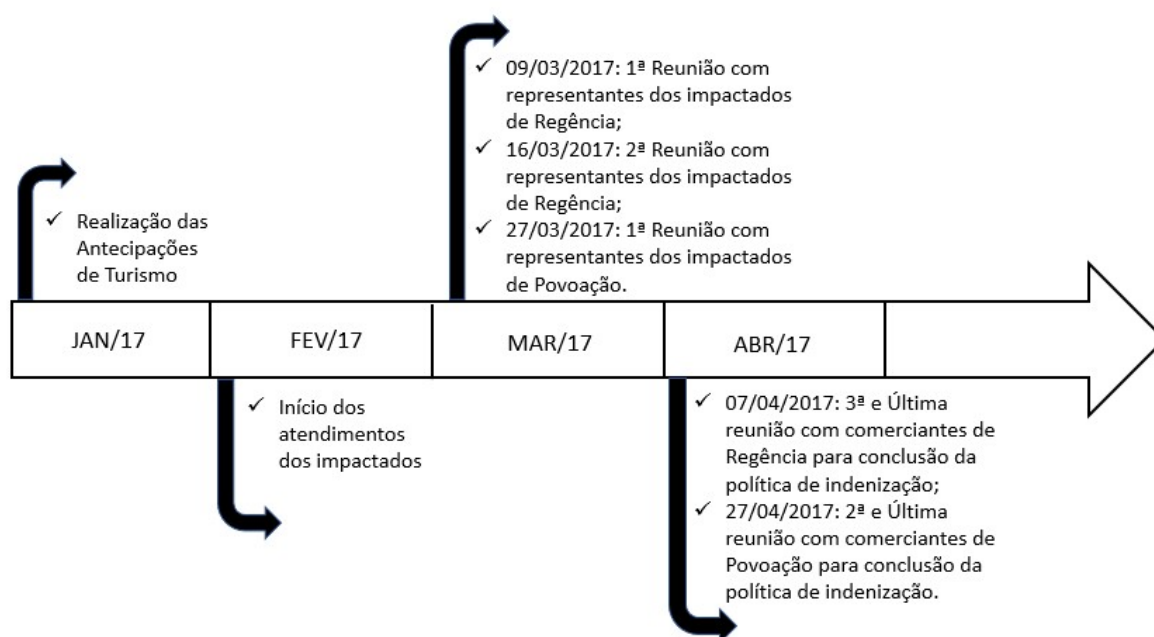
Tabela 11 - Receita por Apartamento Disponível: Região Sudeste. Fonte: FOHB - Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil, 2017.



Tabela 12 - Taxa de Ocupação das Principais Cidades Brasileiras (fev/2017)

Fonte: FOHB - Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (2017).

A construção das propostas de indenização foi apoiada por equipes de mediação independente e contou também com a participação de atores da municipalidade local, que contribuíram com os debates e pactuações coletivas. A seguir, apresenta-se cronologia dos encontros realizados com as comunidades de Regência e Povoação.



*Figura 14 - Cronologia da Construção da Política de Indenização de Turismo*

#### **6.4. As Comprovações**

Para a identificação da redução das taxas de turismo decorrentes do rompimento, o atingido necessitaria oferecer ao Programa de Indenização Mediada informações de seu negócio, como faturamentos, custos, declarações de renda, informações bancárias, entre outros. Ou seja, dados para embasamento de cálculos da redução real de seus lucros entre os anos de 2015 e 2016.

Conforme apontado anteriormente, um dos desafios para a compreensão do dano causado aos empreendimentos é que, em alguns casos, não é possível apurar informações de receitas, despesas, custos, lucro, insumos utilizados no negócio, registros de clientes, contas bancárias etc. Em algumas situações, despesas e receitas do negócio se fundem com despesas pessoais do próprio atingido.

Dentre as variáveis relevantes para a composição do cálculo de indenização é importante destacar:

- Renda e lucro anual médios do negócio, anteriores ao evento;
- Queda de faturamento em consequência direto ao rompimento da barragem e taxa de queda de turismo;
- Curva de retorno da atividade de turismo.

O atingido possui a opção de apresentar ou não a documentação de seu empreendimento, conforme situações abaixo:

Caso o atingido opte pela não apresentação da documentação de seu negócio ou apresente documentação insuficiente para identificação destas variáveis, será necessária uma pesquisa detalhada com negócios de mesma natureza de atuação e porte, para realização de cálculos a partir de estimativas de custos e valores praticados. Nestas situações, onde o empreendedor não apresente comprovações que atestem a real queda no faturamento do seu negócio em decorrência direta da passagem da lama, percentuais padrões apurados são adotados para as quedas nas taxas de turismo. As bases de cálculo foram apontadas a partir de casos similares em que eventos causados pelo homem ou condições naturais, como por exemplo vazamentos de petróleo, desmoronamentos, enchentes e outros, impactaram a reputação turística local.

Caso o atingido opte pela apresentação da documentação de seu negócio e seja possível a identificação destas variáveis, utiliza-se o valor calculado a partir da documentação apresentada.

### **6.5. A Proposta de Indenização**

A proposta indenizatória tratada nesta política é dividida da seguinte forma:

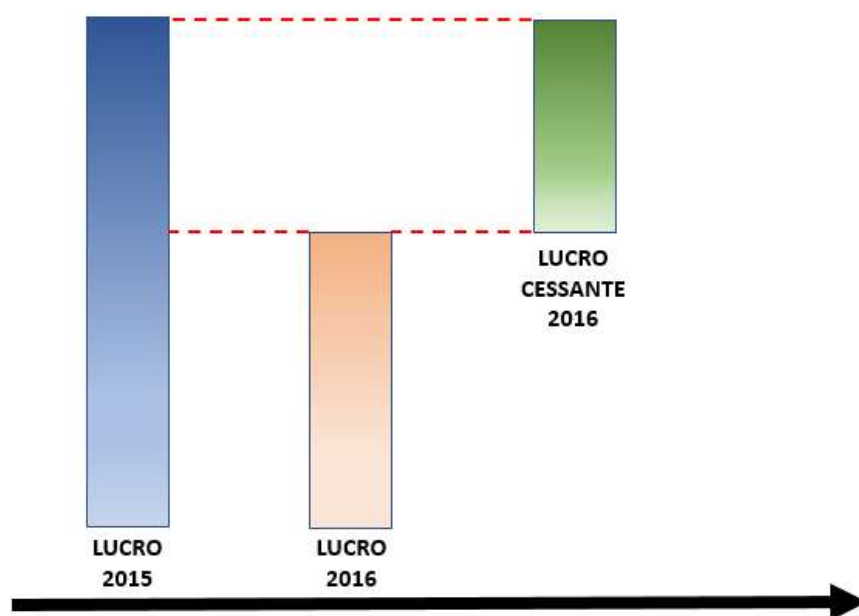
- **Lucro cessante:** É a parcela relativa as perdas de rendimentos provenientes da paralização ou diminuição do fluxo turístico na região como consequência direta do rompimento da barragem.
- **Danos morais:** É a parcela devida aos estabelecimentos comerciais ligados ao turismo conduzidos por empreendedores informais (pessoas físicas) devido à impossibilidade ou inviabilidade de continuação do seu labor como decorrência direta do rompimento da barragem (proibição do uso da praia na Foz do Rio Doce).
- **Perdas materiais:** Eventuais perdas comprovadas de equipamentos ou bens materiais como consequência direta do rompimento da barragem.

Cabe esclarecer que o pagamento de danos morais para empreendimentos com CNPJ (pessoas jurídicas) não é previsto no âmbito do PIM uma vez que a jurisprudência brasileira admite tal pagamento apenas no caso de prejuízos à

imagem do estabelecimento, o que não pode se comprovar nos casos analisados, nem mesmo assumir como hipótese considerando as informações disponíveis atualmente.

A proposta de indenização dos empreendedores de turismo, pactuadas em comum acordo entre as partes, prevê os procedimentos apontados a seguir:

- Apresentação das documentações dos negócios ao Programa de Indenização Mediada da Fundação Renova (declarações de renda, custos, entre outros) para identificação e análise do lucro cessante em 2016, decorrente do impacto sofrido.



*Figura 15 - Demonstrativo de Cálculo de Lucro Cessante*

- Pagamento do lucro cessante decorrido nos últimos anos sugerido pelo grupo de empreendedores e com percentuais pactuados em comum acordo entre os representantes dos comércios locais e membros da Fundação Renova.
- Pagamento do lucro cessante até que seja constatado pelos atingidos e pela Fundação Renova o fim do dano, com a validação do CIF.

Por fim, cabe assinalar que o processo de indenização individualizado que ocorre no PIM é acompanhado de atividades de reparação e ações coletivas, nas comunidades de Regência e Povoação, a partir de outros programas da Fundação

Renova, a exemplo da “Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras”, “Fomento à Economia Local”, “Micro e Pequenos Negócios”, “Estímulo à Contratação Local”, entre outros.

## **7. Política Indenizatória para Empreendimentos AREEIROS**

Com o rompimento da barragem de Fundão, os areais foram atingido pela passagem da lama e sofreram danos no processo de extração de areia relacionados principalmente à redução da produtividade e aumento de custo operacional, além de restrições para comercialização da areia extraída.

### **7.1. Razões para construção de uma política de indenização**

No que se refere aos aspectos legais relacionados à operação dos areais, tem sido observado que os empreendimentos apresentam elevada informalidade na atividade do negócio, principalmente na emissão de documentos fiscais de venda do produto comercializado. Por outro lado, foi constatado que em sua maioria, os empreendimentos possuem a autorização para lavra (DNPM) e licença ambiental estadual (SUPRAM).

Além da informalidade verificada nos empreendimentos, fato que inviabilizada a valoração correta da renda prejudicada, havia a indecisão sobre o horizonte de retorno das atividades impactadas. Sem uma previsão razoável do retorno das operações não é possível definir o horizonte indenizatório e, portanto, não é possível realizar uma proposta de indenização. A curva de retorno de operação dos empreendimentos é mais uma variável a ser determinada nesta Política Indenizatória.

### **7.2. Metodologia de Construção Coletiva**

O relacionamento com os atingidos do segmento de extração de areia tornou-se mais intenso em novembro 2016, quando houve uma aproximação com os empreendimentos e associações (APABC e ACARD), localizados na região de Governador Valadares e Caratinga. Essa aproximação foi fundamental para que fosse obtido os conhecimentos acerca da operação dos areais.

A seguir apresenta-se o histórico com os principais marcos desse relacionamento:



Figura 16 - Cronologia da construção da metodologia de indenização de empreendimentos areeiros

Durante as reuniões realizadas entre a Fundação Renova, os empreendedores e associações representantes de areeiros, foram alegados os seguintes impactos ao setor:

- Contínua deposição de rejeitos nos pontos de extração de areia, tendo como consequência o aumento dos custos com combustíveis, devido a necessidade de realocação das dragas ao longo do rio em busca de jazidas menos atingidas pela lama;
- Presença de rejeito na areia extraída, tornando necessário a "relavagem" do produto e consequente aumento dos custos de operação;
- Redução dos volumes extraídos. Em alguns areais alegava-se até mesmo a inviabilidade de produção devido ao acúmulo da lama;
- Perda de valor no produto e do poder de negociação dos areais em função da mudança da coloração da areia, com consequente redução do faturamento;
- Perda na comercialização de produtos (cimento, brita, entre outros), que são normalmente oferecidos de forma conjugada com a venda da areia e na prestação de serviço de transporte.

### 7.3. Pactuação

Para caracterização dos danos aos areais, a equipe do PIM realizou, além da construção conjunta da Matriz de Danos, diversas reuniões com os atingidos para levantamento de informações e proposição de métodos de identificação,

mensuração e comprovação dos danos. Nesse âmbito, a equipe teve a oportunidade de contar com a participação mais efetiva de um grupo organizado de areeiros de Governador Valadares e Caratinga, o que facilitou sobremaneira a obtenção de dados e informações relativos às operações e aos principais danos sofridos pelos areais.

Embora a política tenha sido construída inicialmente com um grupo de areeiros do maior polo desta atividade no rio Doce, outros areeiros de outras regiões também podem se valer dessa alternativa de atendimento e indenização. A contribuição mais importante deste trabalho é o conjunto de parâmetros indenizatórios e a maneira de se obtê-los e não os valores individuais indenizatórios do grupo inicialmente estudado, que podem variar de uma localidade para outra.

Além de informações coletadas durante as reuniões realizadas, foi contratada uma empresa especializada em implantação e operação de areais que, a partir da realização de operação assistida em alguns areais, somada às informações trazidas pelos próprios atingidos, permitiu caracterizar, com significativa abrangência e profundidade, os danos sofridos relativos à comercialização (volume e preço) da areia e aumento dos custos operacionais.

A operação assistida consiste na observação *in loco*, por técnicos especializados, da produção dos areais atingidos e, a partir disso, registros de dados como especificação técnica dos equipamentos, produtividade, consumo de combustível, características físicas visíveis da areia, volumes extraídos e condições de extração. Além disso, são também solicitados dados e informações aos empreendedores relativos à regularização (alvarás, outorgas e licenças) do empreendimento, volumes de produção antes e após o rompimento da barragem, quantidade de empregados, custos e despesas operacionais, entre outros. O processo de identificação e cálculo da proposta a partir da operação assistida dos empreendimentos permite categorizar o negócio conforme tipo de areia e sua destinação, quantidade de dragas em operação e local da extração.

#### 7.4. Antecipação

No início de 2017, antes da construção dessa Política Indenizatória, realizou-se um processo de antecipações de valores para empreendimentos relacionados à extração e comercialização de areeiros em Governador Valadares e Caratinga, com o objetivo de capitalizar empreendedores atingidos e possibilitar condições mínimas de operação para mitigação de novas perdas econômicas até que o acordo final pudesse ser firmado.

Ao todo, foram realizadas antecipações de indenização para 16 empreendimentos no valor total de **R\$ 1.880.000,00**.

##### 7.4.1. Construção da Proposta

A proposta de indenização dos empreendedores areeiros, pactuadas em comum acordo entre as partes, prevê os itens apontados a seguir:

- Perdas materiais: Identificação de danos causados a equipamentos e materiais do empreendimento areeiro;
- Lucro Cessante: Identificação e cálculo realizado a partir da operação assistida constando principalmente:
  - Danos gerais relativos aos volumes de produção de areia;
  - Danos gerais com despesas extras e incremento de custos operacionais;
  - Danos gerais relativos à comercialização de areia.

##### 7.4.2. Cálculo e Comprovações do valor da indenização

Através do levantamento de documentos junto dos atingidos do segmento de extração de areia constatou-se elevada informalidade no que diz respeito à emissão dos documentos fiscais para realização das receitas. A partir disso, verificou-se que as comprovações possíveis trazidas pelos atingidos não refletiria ou mesmo se aproximaria da produção ou faturamento real dos empreendimentos.

Diante disso, descartando a primeira alternativa que seria a de exigir a plena comprovação de produção e faturamento por documentos fiscais, inviabilizando o atendimento desses atingidos no PIM e impossibilitando o ressarcimento de seus

danos sofridos, a Fundação Renova então optou pelo cálculo a partir de estimativas das quantidades produzidas ou vendidas de areia e do incremento de custos e de despesas que se fizeram necessários aos empreendimentos em seus processos produtivos. Estas estimativas foram feitas baseadas em normas técnicas, operação local assistida e dados provenientes do licenciamento e da outorga do empreendimento.

Obviamente, por mais que informalidades relativas a comprovações de faturamento e custos sejam toleradas, o mesmo não ocorre com aspectos relacionados às licenças do DNPM e a restrições constantes no licenciamento ambiental. Não serão considerados, para fins de indenização, eventuais níveis de produção, autodeclarados ou estimados, que ultrapassem os limites estabelecidos no licenciamento ou na outorga de lavra do areal.

As variáveis tratadas por esta política como custos, receitas, volumes produzidos e dinâmica de retorno da atividade não são informações possíveis de se aferir apenas através da aplicação do Cadastro Integrado, daí a necessidade de uma abordagem mais profunda com este público.

#### 7.4.3. Cálculo e comprovação da perda de margem de contribuição

##### PERDAS DE FATURAMENTO:

Para o cálculo das perdas dos empreendimentos relativos à quebra de receita, propõe-se a apuração do faturamento médio dos empreendimentos antes do rompimento da barragem, através de estimativas baseadas na operação assistida, em documentos fiscais (quando existentes), em documentos secundários como recibos de despacho do produto aos clientes, documentos de aquisição de insumos como combustível, entre outros. Esta medida proporciona o conhecimento dos volumes e preços praticados antes da paralização da produção.

Mesmo que os empreendimentos possuam capacidade operacional (maquinário e mão de obra) para uma produção superior à permitida no licenciamento e na outorga, o maior valor possível a ser ressarcido será aquele relativo à produção dentro do limite legal.

#### CUSTOS OPERACIONAIS:

Para o cálculo dos custos operacionais, será considerado o consumo de combustível e óleo lubrificante por metro cúbico de areia extraída na operação assistida do respectivo areal e o custo com a mão de obra direta (salários e encargos trabalhista relativos a um dragueiro e um ajudante).

#### CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO:

A margem de contribuição representa a diferença entre a receita bruta obtida na extração de areia e os custos operacionais. Através do ressarcimento da margem de contribuição não auferida pelo empreendedor, devido à quebra total ou parcial da receita, será possível fazer frente aos custos não operacionais do empreendimento (que não estão atrelados às quantidades produzidas e dessa forma não variam com a produção) e ao lucro cessante de sua operação.

Receita Bruta

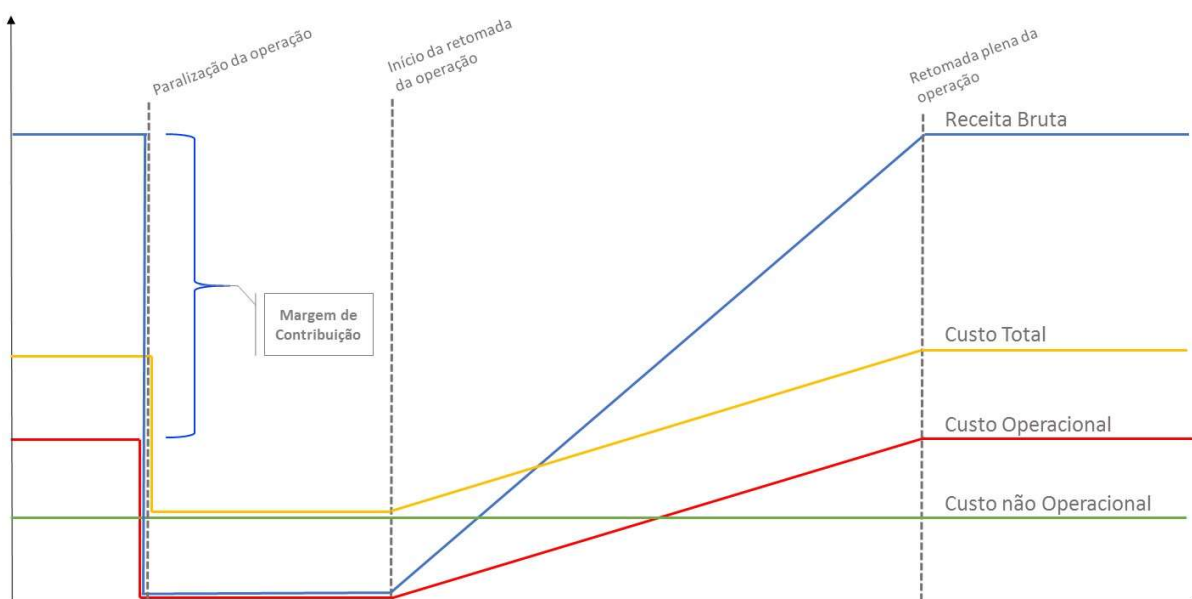
-

Custos Operacionais

---

Margem de Contribuição

No gráfico a seguir demonstra-se como seria o ressarcimento da margem de contribuição de um areal que hipoteticamente tenha paralisado totalmente sua operação no início de novembro de 2015 e retomasse a operação após seis meses de paralização total, cuja retomada se desse progressivamente durante 12 meses.



*Figura 17 - Demonstrativo do ressarcimento de margem de contribuição em areal*

Para retomada total estimada dos empreendimentos e horizonte indenizatório, a figura abaixo demonstra:

- As barras azuis, antes da paralização da operação, representam a margem de contribuição estimada obtida pelo areal;
- As barras verdes, após a paralização e antes da retomada inicial da operação, representam a margem de contribuição plena a ser ressarcida;
- As barras azuis em crescimento progressivo, representam a retomada da margem de contribuição por parte do empreendimento, e;
- As barras verdes em decréscimo progressivo, representam a margem de contribuição decrescente a ser ressarcida ao atingido.

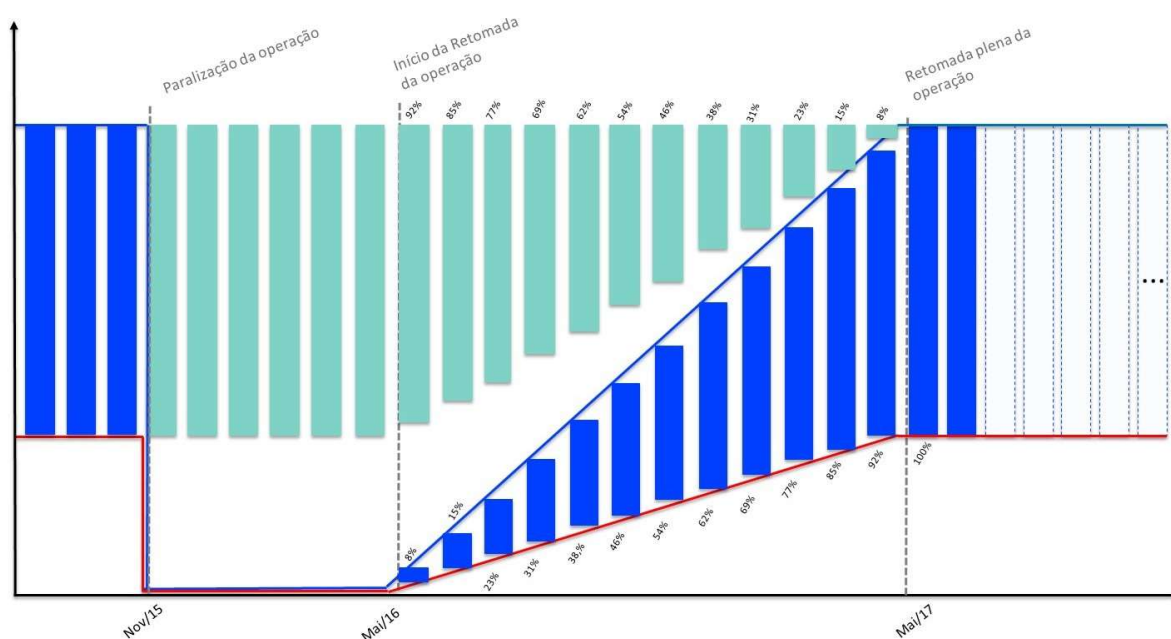
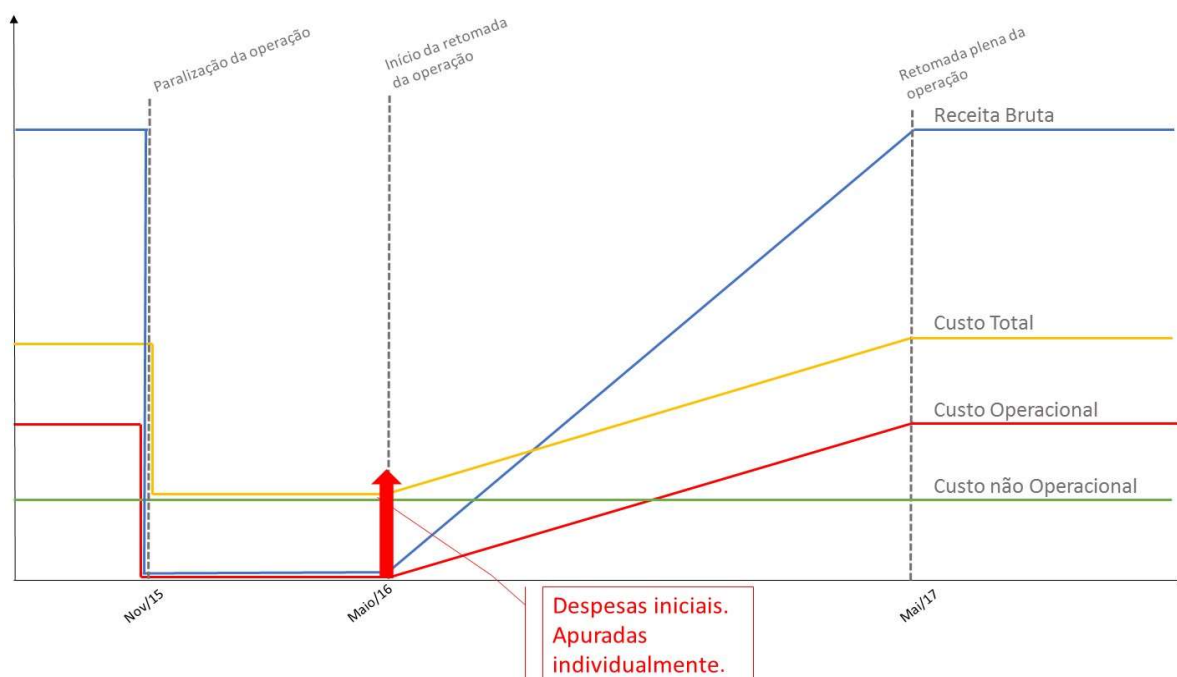


Figura 18 - Demonstrativo de retomada total estimada dos empreendimentos areiros

#### 7.4.4. Cálculo e comprovação das despesas extras de retomada da produção

Como descrito no item anterior, para retomada da produção, após o período de paralisação total da operação, foi necessária a realização de despesas extraordinárias diversas. Para que o areal seja ressarcido destas despesas, o respectivo empreendedor deverá apresentar documentos válidos (notas fiscais) que demonstrem que elas tenham sido realizadas.

No gráfico a seguir (figura 29), demonstra-se a ocorrência destas despesas, que são de caráter pontual e não variam de acordo com a produção.



*Figura 19 - Demonstrativo de ocorrência de despesas para retomada de produção*

#### 7.4.5. Cálculo e comprovação do incremento dos custos operacionais

Também como descrito no item 6.6.1 dos danos relativos a operação dos areais, durante a retomada da produção, após o período de paralização total da operação, os empreendedores incorreram em custos operacionais excedentes.

Para que o areal seja ressarcido destes custos extraordinários de operação, é proposto um valor percentual decrescente sobre o custo operacional estimado, mês a mês, com encerramento do ressarcimento a ser estipulado atrelado a condição de operação observada nas operações assistidas, por região do Rio Doce.

No gráfico a seguir demonstra-se em caso hipotético de retomada de operação, o estabelecimento do percentual de 20% para o primeiro mês de retomada, em maio de 2017, decrescendo este percentual até o término do ressarcimento no mês de novembro de 2017. Neste exemplo, tanto o percentual inicial de 20%, quanto o mês de término (novembro/17) são arbitrados com base em dados e informações que puderam ser colhidos durante a operação assistida, devido à complexidade de se obter os valores reais relativos aos custos operacionais extras cujo empreendimento tenha incorrido.

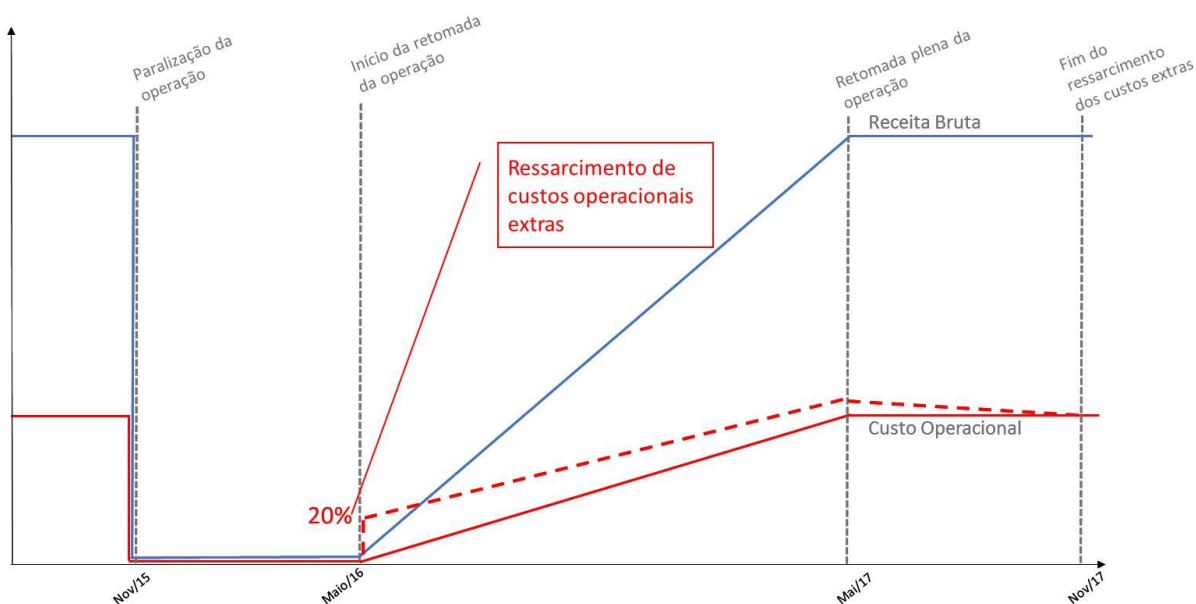


Figura 20 - Demonstrativo de custos operacionais na retomada de produção

#### 7.4.6. Comercialização

Não apenas os fatores operacionais foram considerados na construção da política de indenização dos areeiros. A reputação do produto perante os clientes também é foco do trabalho. Reuniões junto aos principais clientes dos areeiros das regiões trabalhadas foram feitas com o objetivo de entender possíveis prejuízos reputacionais que influenciaram na comercialização da areia do rio Doce. Instituições como o SENAI e a UNIVALE estão sendo contratadas, a pedido dos empreendedores, para que uma série de relatórios técnicos envolvendo a qualidade da areia seja gerado para comprovar a sua qualidade após a passagem da pluma de turbidez e garantir a confiança no produto por parte dos clientes locais.

## **8. Política Indenizatória para o setor da PESCA**

### **8.1 Proibição da pesca nas águas continentais do Rio Doce**

Em 01 de novembro de 2016, pela Portaria IEF (Instituto Estadual de Florestas) nº 78, houve a proibição da pesca para a calha principal do rio e para seus afluentes no estado de Minas Gerais, com o objetivo de permitir a recuperação do rio e da ictiofauna da bacia do Rio Doce após o rompimento da Barragem do Fundão da mineradora Samarco em Mariana MG. A portaria permitia somente a pesca científica, desde que devidamente autorizada e a pesca amadora (pesca desportiva) na modalidade de pesque e solte, com objetivo de recuperação da biota do Rio Doce.

Já em 12 de maio de 2017, o IEF por meio da Portaria IEF nº 40, autorizou a pesca de espécies alóctones (peixes de espécies de origem ou ocorrência natural em outras bacias hidrográficas brasileiras), de espécies exóticas (peixes cuja origem e ocorrência natural são de outros países) e também das espécies híbridas (peixes que são resultantes do cruzamento entre diferentes espécies). Não foram indicados limites de quantidade de espécies capturadas e transportadas para pescadores profissionais utilizando embarcações, tarrafa, anzol simples ou múltiplo, linha de mão, vara ou caniço, máquinas de pesca, espinhel, caçador, pinda ou anzol de galha, João Bobo, galão ou cavalinha. Ficou mantida a proibição da captura de espécies autóctones (peixes de ocorrência natural da bacia do Rio Doce).

Na porção capixaba da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, na calha central e seus afluentes, não foi estabelecida nenhum tipo de restrição às atividades de pesca, porém os pescadores artesanais alegam a impossibilidade de venda do pescado em virtude da rejeição deste produto devido à incerteza relativa à hipótese de contaminação do pescado.

## 8.2 Proibição da pesca nas águas marinhas adjacentes a foz do Rio Doce.

De acordo com a decisão judicial da 1ª Vara Federal de Linhares, desde o dia 1º de junho de 2016, está temporariamente proibida a pesca de qualquer natureza, ressalvada a destinada à pesquisa científica, na área que compreende a região de Barra do Riacho, em Aracruz, até Degredo, em Linhares, dentro da faixa delimitada pela isóbata de 20 metros de profundidade. Cabe ressaltar que a decisão é passível de revisão após a análise dos resultados técnicos.

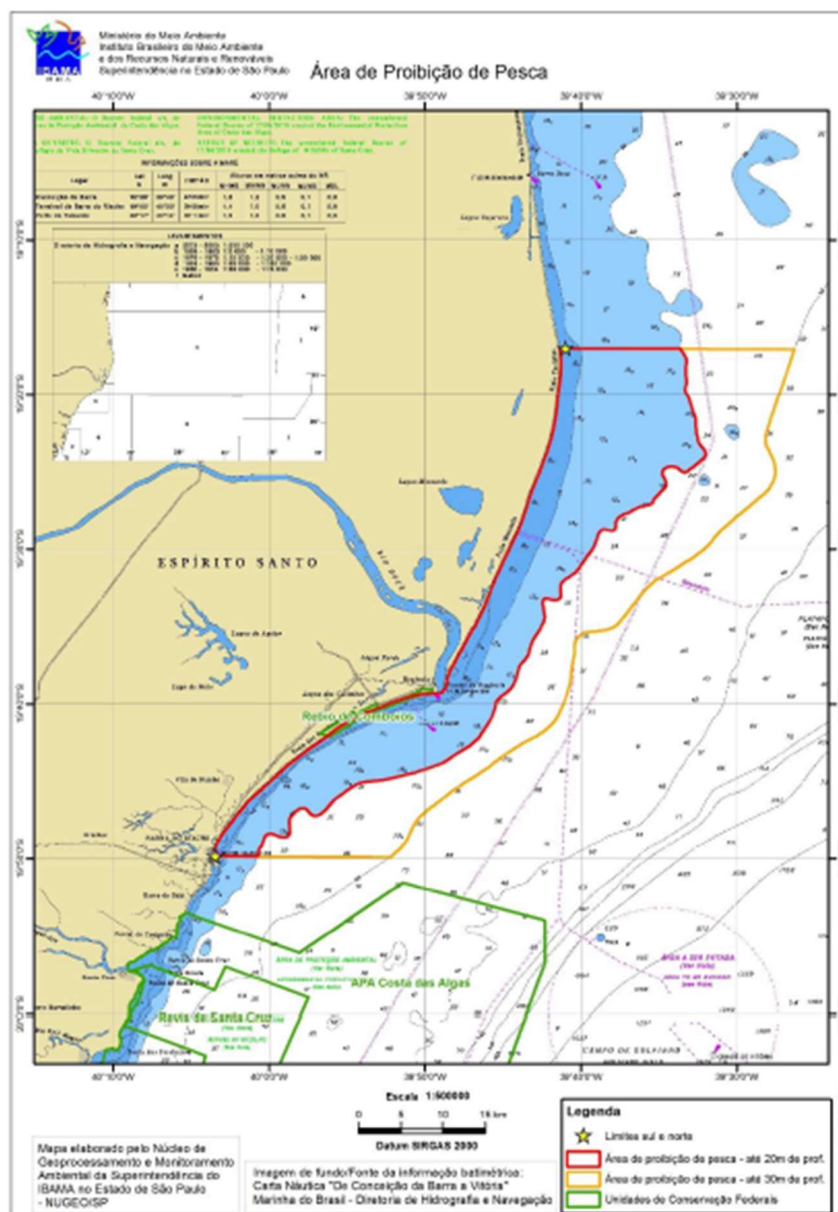


Figura 21 - Área sob proibição para pesca junto a foz do Rio Doce

### 8.3 Razões para construção de uma política de indenização

Ao se tentar iniciar o processo indenizatório percebeu-se que a parcela majoritária dos pescadores cadastrados não possuía as comprovações necessárias para habilitá-los a participar do PIM. Isso pode ser comprovado no gráfico abaixo onde dos 1.369 pescadores convocados, apenas 01 possuía comprovação de renda.

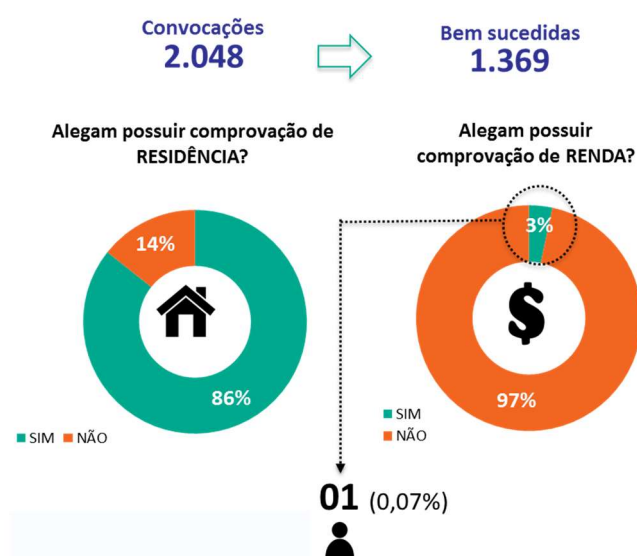


Figura 22 - Percentual de comprovação de impacto

### 8.4 Antecipações de Indenização

Visando prover uma recomposição econômica para o pescador profissional para auxiliá-lo durante o período da construção da política de indenização, foram realizadas antecipações de indenização ao longo de toda a área impactada. Até o dia 16 de fevereiro de 2018, 1.353 antecipações haviam sido realizadas com valor total de **R\$ 21.106.259,40** entre antecipações já pagas e em andamento para pagamento.

### 8.5 Metodologia de construção coletiva

A construção coletiva de Indenização foi realizada para a Pesca profissional, pois esta categoria possui grupos organizados e legitimados publicamente. Nas demais categorias, não é possível aplicar tal metodologia. Durante o processo de construção da metodologia de indenização dos atingidos na atividade de pesca

profissional, a primeira etapa consistiu em reuniões públicas. No total foram realizadas 29 reuniões, compostas por integrantes do poder público municipal, líderes comunitários, representantes de colônias de pescadores, associações de pescadores, INCAPER, EMATER, MAPA, e outros entes técnicos. Algumas das reuniões realizadas estão indicadas abaixo:

Data	Local
12/04/2017	Regência
18/04/2017	Regência
21/04/2017	Regência
26/04/2017	Aimorés
26/04/2017	Baixo Guandu
03/05/2017	Regência
10/05/2017	Governador Valadares
11/05/2017	Baixo Guandu
14/05/2017	Regência
17/05/2017	Barra do Riacho
27/05/2017	Santa Cruz do Escalvado
31/05/2017	Aimorés
31/05/2017	Itapina
01/06/2017	Baixo Guandu

Data	Local
01/06/2017	Baixo Guandu
07/06/2017	Governador Valadares
14/06/2017	Regência
10/07/2017	Baixo Guandu
10/07/2017	Baixo Guandu
11/07/2017	Mauá
12/07/2017	Barra do Riacho
12/07/2017	Barra do Riacho
13/07/2017	Mauá
24/07/2017	Mauá
15/08/2017	Linhares Sede
15/08/2017	Regência e Povoação
16/08/2017	Baixo Guandu
16/08/2017	Resplendor e Aimorés
19/08/2017	Governador Valadares

As reuniões foram utilizadas como forma de realização de construção coletiva com os atingidos de dados relativos à pesca profissional como produção, tempo de esforço pesqueiro, tipos de embarcação e outros dados necessários à estimativa de renda dos pescadores.

A representação dos pescadores nas reuniões seguiu a estrutura local já estabelecida de colônias e associações de pesca, sendo que cada um desses entes teve a oportunidade de trazer membros conhecedores da atividade de pesca para contribuição no processo de construção coletiva.

O processo de construção coletiva traz a oportunidade de ocorrer uma negociação técnica onde se procura o entendimento, entre a Fundação Renova e as pessoas atingidas, de parâmetros relativos à atividade laboral como produção de pescado e custos da atividade. Nestas reuniões não ocorrem negociações tradicionais de

valores no formato de barganha entre as partes, uma vez que quaisquer montantes discutidos necessitam de bases técnicas que os suportem.

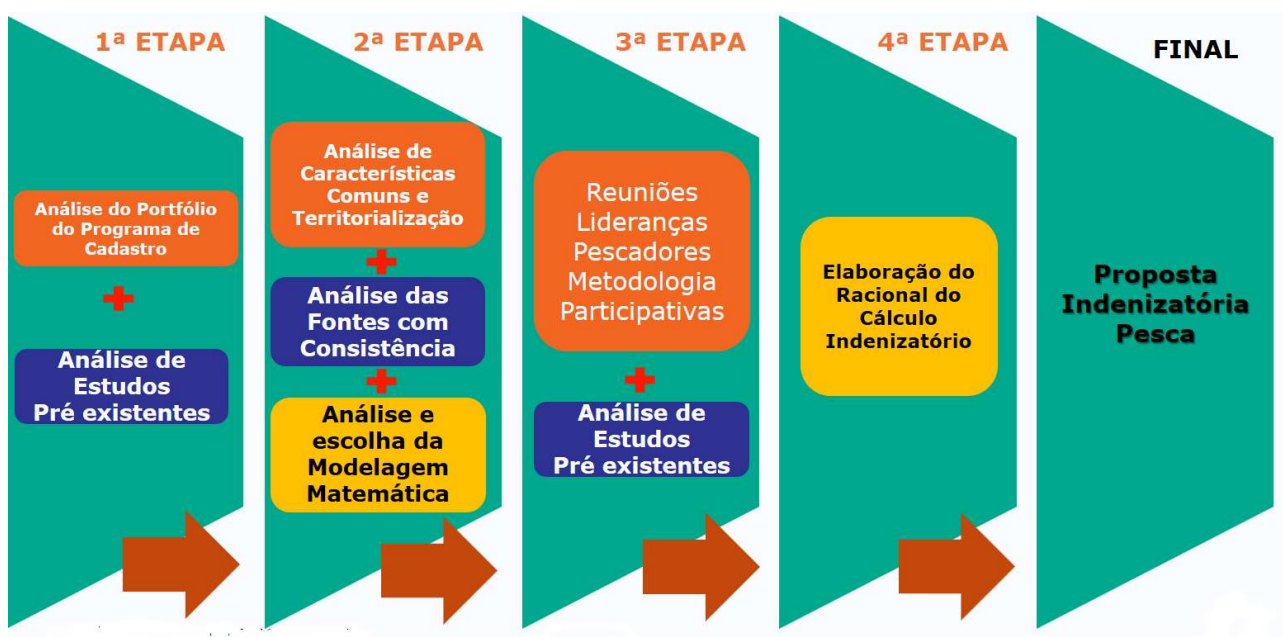


Figura 23 - Etapas para construção da política indenizatória

## 8.6 Metodologia da Indenização

Por meio da auscultação durante as reuniões de construção da política, dos dados constantes no Cadastro Integrado e Emergencial e dos diálogos com entes técnicos, foi possível a identificação de grupos de pesca, o que propiciou a construção dos valores indenizatórios de forma justa.

## 8.7 Composição da proposta indenizatória

A proposta indenizatória é dividida da seguinte forma:

- a. Lucro Cessante:** Parcela relativa à interrupção da atividade laboral e comercial pelo período no qual o pescador esteve impossibilitado de realizar atividade de pesca. O lucro cessante dos meses passados é trazido para valor presente líquido (VPL) no momento da assinatura do acordo e pago em uma parcela. O lucro cessante por haver entre o momento de assinatura do acordo até a cessação do dano será pago em

parcelas anuais até que reste apurado, comprovado e validado pelo CIF a cessação do dano.

Nas propostas indenizatórias apenas o grupo de pessoas que pescam por subsistência não fazem jus a parcela de lucro cessante pela razão óbvia que sua atividade de pesca não era voltada à obtenção de renda, mas sim relacionada à sua segurança alimentar.

- b. Perdas materiais:** Trata-se do valor destinado ao ressarcimento de eventuais perdas materiais sustentadas pelo pescador durante o período sem atividade assim como o custeio de meios que permitam a continuidade da pesca em outros locais como, por exemplo, a compra de reboques para transporte de barco, aumento de custos com combustível para deslocamento para outros mananciais ou aumento do custo com combustível da embarcação para pesca fora da área de proibição.
- c. Danos morais:** Trata-se do valor relativo ao dano moral sustentado pela pessoa impactada ao ter sua atividade laboral impedida. Estes montantes seguem valores observados em jurisprudências brasileiras aplicáveis.

O cálculo da parcela devida a título de lucro cessante é feito considerando as rendas mensais auferidas pelos pescadores ao longo de todo período indenizatório. Um dos principais objetivos da Política indenizatória da Pesca é a identificação conjunta com a população atingida, da remuneração mensal típica das classes de atividade de pesca identificadas no estudo. Uma vez estimada a renda mensal, a mesma é trazida a valor presente líquido, valor este que compõe a proposta do pescador.

O objetivo de se obter uma estimativa para a renda de cada grupo de pesca é possibilitar que seja recomposto a condição econômica do pescador anterior ao rompimento. Para isso é necessário conhecer a renda média de cada grupo. A adoção de um valor único para todos os grupos de pescadores, independentemente do seu posicionamento produtivo na cadeia pesqueira, não seria isonômico e provavelmente traria impactos sociais e conflitos entre os próprios atingidos.

Para efeitos de entendimento da dinâmica do pagamento, se faz importante entender o método de contabilização do lucro cessante para os possíveis casos. Um pescador que foi considerado diretamente atingido, elegível à indenização, porém nunca recebeu o auxílio financeiro emergencial, receberá todo o montante devido, desde o rompimento até a assinatura do acordo no PIM, do Auxílio Financeiro Emergencial corrigido pelo IPCA, terá garantido o AFE até que seja constatada a cessação do dano, e ainda receberá os lucros cessantes havidos desde o rompimento até a assinatura do acordo. Serão realizadas verificações periódicas a fim de verificar o fim do dano para que, só então, as parcelas de lucro cessante devidas se encerrem, bem como o pagamento do Auxílio Financeiro Emergencial.

Outra situação possível é a indenização devida para um pescador que recebe o Auxílio Financeiro Emergencial – AFE – cujo valor mensal é inferior à sua renda estimada na Política Indenizatória. Neste caso, a indenização complementar os valores recebidos no passado para que a indenização final da pessoa atingida seja compatível com suas condições econômicas antes do rompimento da barragem.

Existe uma terceira situação onde o Auxílio Financeiro Emergencial pago desde o rompimento provou-se maior do que o rendimento mensal do pescador antes do rompimento. Neste caso não haverá cobrança retroativa dos valores excedentes pagos a título de Auxílio Financeiro.

Em todas as situações as opções trazidas pelas Políticas Indenizatórias são uma alternativa ao modelo completo de atendimento e indenização do PIM, no qual são solicitadas comprovações de todos os danos e valores declarados para composição da proposta indenizatória. A escolha é sempre do atingido entre o atendimento via Políticas Indenizatórias ou modelo completo de atendimento do PIM.

O estabelecimento dos valores indenizatórios a título de danos morais foi determinado conforme parâmetros jurisprudenciais brasileiros. Podem-se destacar alguns casos abaixo:

- a.** Vazamento de nafta em área marinha causando proibição da pesca por período de um mês (STJ – RESP 1.114.389 – Recurso Repetitivo de Controvérsia – Outubro, 2001). Danos morais: R\$ 2.000,00
- b.** Vazamento de óleo com consequente proibição da pesca por período superior a seis meses (STJ – RESP Nº 1.346.430 – PR – Outubro, 2012). Danos morais: R\$ 16.000,00
- c.** Vazamento de amônia às margens do rio Sergipe causando grande mortandade de peixes (TJ SERGIPE – APELAÇÃO CÍVEL Nº 10294/2011). Danos morais: R\$ 3.000,00
- d.** Vazamento de óleo na baía da Babitonga (SC) causando severos danos ao entorno (TJ SANTA CATARINA – APELAÇÃO CÍVEL Nº 2012.026480-7 – 2013). Danos morais: R\$ 6.450,00

O valor proposto do dano moral para os pescadores profissionais tratados na política de indenização é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Este valor é superior a diversos julgados sobre o tema (proibição de pesca e impedimento de ofício) e leva em consideração que, apesar da severidade do dano, ações de remediação foram tomadas ao longo do período considerado como o provimento de auxílio financeiro emergencial e outros programas de reparação ambiental.

Ressalta-se que os julgados que fixam valores de indenização superior a R\$10.000,00 (dez mil reais), via de regra, refletem casos em que o causador do dano não prestou nenhum auxílio aos atingidos durante o período de proibição da pesca, o que não se aplica ao presente caso, tendo em vista que a Samarco e, posteriormente, a Fundação Renova forneceram auxílio financeiro dentre outras medidas aos atingidos desde a ocorrência do rompimento.

As premissas da modelagem matemática, à qual pretende expressar a realidade local, optou-se, dentre várias metodologias propostas, pela Captura por Unidade de Esforço (CPUE) recomendada por Sparre et al (1989). Estes autores aconselham o uso de modelos sintéticos em situações onde os dados não estão disponíveis, em quantidade e qualidade, para a aplicação de modelos analíticos. Assim como já defendiam Pitcher e Hart (1982), quando reconheceram que, em termos práticos, a maior vantagem desses modelos sintéticos é: requer somente

dados de captura e esforço de pesca, que é uma informação normalmente acumulada ao longo de muitos anos nas pescarias.

A CPUE é utilizada na maioria dos estudos científicos que pretendem medir: renda estimada por pescador, a qual é obtida pela formula mais simples e direta, como a seguir:

$$\Delta \text{ renda bruta} = \frac{\Sigma(\text{quantidade de espécies} \cdot \text{preço comercializado})}{\Delta \text{ tempo}}$$

Nesta formula, obtém-se a estimativa de renda bruta, porém há de se fazer considerações com relação aos custos, principalmente para os casos de uso de propulsão a motores de centro ou de popa (combustível, manutenção), manutenção das embarcações (pintura, calafetagem, etc.); materiais de armazenamento e conservação (gelo, energia para silo, etc).

### 8.8.2 Levantamento de Custos

$$\Delta \text{ renda bruta} - \Delta \text{ Custos da atividade} = \text{Renda líquida}$$

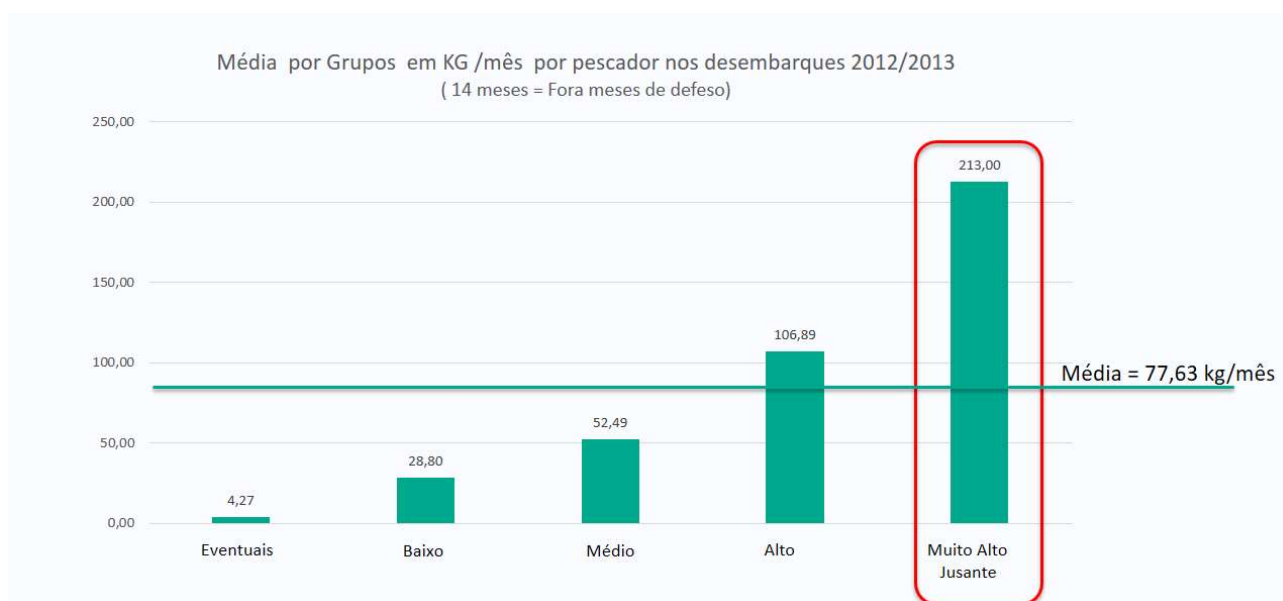
Com o objetivo de analisar os custos da Pesca Artesanal, optou-se por dividir em três eixos, onde são descritas as despesas com insumo, sendo estas: Combustível (Diesel ou gasolina); Conservação dos Pescados "in natura" (gelo); e Manutenção das embarcações pesqueiras (pintura, calafetagem, manutenção mecânica e suas respectivas mãos de obras).

### 8.8.3 Levantamento de renda para o setor pesqueiro Continental

O principal documento de referência de rentabilidade e produção utilizado foi o Relatório de Caracterização Sócio Econômica da região da Usina Hidrelétrica de

Baguari, parte integrante da Ação Civil Pública contra a Hidrelétrica. Documento este que foi também recomendado pela Colônia de Pesca Z 19 de Governador Valadares, através de ofício protocolado junto a Fundação Renova.

O estudo realizado pela UHE de Baguari, entre 2012 e 2013, apontou médias de produção por pescador no rio conforme gráfico a seguir. É possível notar que o estudo classificou os pescadores em alguns grupos relacionados a frequência de pesca.



*Figura 24 - Representação da pesca do monitoramento sócio econômico da Usina Hidrelétrica de Baguari*

Assim optou-se por considerar como referência este relatório de monitoramento sócio econômico da Usina Hidrelétrica de Baguari, e em especial o grupo de pescadores com a maior média de desembarque aferido pelo estudo. Portanto, embora a média entre os pescadores seja 77,63 Kg/mês de peixe desembarcado, a Fundação Renova irá considerar a média dos maiores desembarques, 213,0 Kg/mês, para os pescadores com barco a motor de popa na região continental (ao longo do Rio Doce).

Aplicando-se a matriz / Modelagem matemática teremos:

$$\Delta \text{ renda bruta} - \Delta \text{ Custos da atividade} = \text{Renda líquida}$$

O estudo contempla os vários tipos de espécies levantadas no desembarque pesqueiro e seus respectivos valores venais, sendo possível, assim, inferir a renda mensal da atividade de pesca desta região. Os valores de renda líquida encontrados serão trazidos para valores presentes para o ano de 2017 com correção pelo IPCA. Esta será a base de renda para o cálculo do lucro cessante de cada categoria de pesca.

Para adaptação dos casos projetados a partir do cadastro integrado, temos as seguintes situações em campo: Pescador (a) Desembarcado, ou de barranco aqueles que não possuem barcos de qualquer espécie e costumam praticar suas atividades nas margens do rio (barranco) ou entre pedras com uso de petrechos como espinhel, molinete, e outros tipos de linha ou com o auxílio de tarrafas. Uma vez calculado o valor de renda dos pescadores embarcados motorizados que foram objeto de estudo do desembarque pesqueiro, utiliza-se um fator de proporcionalidade para inferir a renda dos pescadores de embarcação a remo e dos pescadores desembarcados. Esta proporcionalidade reflete a diferença na capacidade de pesca de cada modalidade, considerando as limitações de deslocamento pelo rio, abrangência da pesca, quantidade de apetrechos e outros.

Pescador dono de barco a remo que já utiliza além dos petrechos citados para desembarcado consegue aferir resultados de pesca com rede de espera também, mas limitado a uma área menor, pelo limite de esforço do remo se comparado a motor de popa.

#### **8.8.4 Levantamento de renda para os setores pesqueiros estuarinos e marinhos**

Para a área chamada Região Estuarina e Foz, a metodologia partiu do diálogo com os diversos atores na cadeia da pesca, sobretudo, lideranças e técnicos do setor aliados aos estudos da estatística pesqueiras do IBGE e da UFES.

Assim foram listadas as espécies de maior interesse dos pescadores locais e aferidos os valores praticados pela série histórica de preços no CEASA. Considerando uma média declarada cruzada, a média aferida na estatística

pesqueira para motores de nível médio de desembarque segundo estatística pesqueira 2011 e 2012.

As espécies foram: Robalo, Carapeba, Manjuba, Pescadinha, Dorminhoco, Guaibira, Cacari ou Bagre, Corvina, Pescada selvagem, e Tainha.

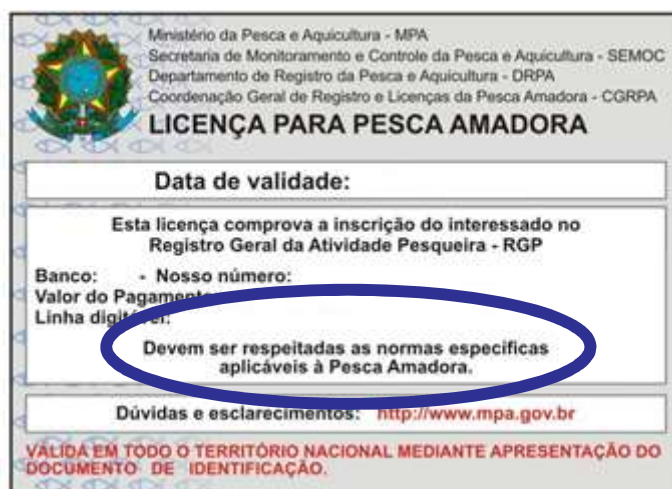
Devido ao fato do pescador de região estuarina possuir disponibilidade de alteração do local de pesca, por ser muito comum entre os pescadores desta região onde podem pescar tanto no rio como mar, o cálculo de precificação de pesca marinha foi utilizado para a pesca estuarina

## 8.8 Conceitos e critérios gerais de indenização para a Pesca

### 8.8.1 Classificação

O atingido que exercia a atividade de pesca à época do rompimento da barragem de Fundão é classificado quanto à natureza da atividade, compreendendo os grupos: i) **Pescadores profissionais regulares**, ii) **Pescadores comerciais não-regularizados** ou iii) **Pescadores de subsistência**.

Lembramos que os pescadores amadores e praticantes da pesca esportiva, a partir de um debate da Fundação Renova em várias instâncias, bem como na CTOS, foram considerados inelegíveis à indenização, vez que não pode, por lei, auferir renda da comercialização do produto de sua pesca, conforme está explicitamente assinalado no RGP de amador como demonstrado abaixo:



Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA  
Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura - SEMOC  
Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura - DRPA  
Coordenação Geral de Registro e Licenças da Pesca Amadora - CGRPA

**LICENÇA PARA PESCA AMADORA**

Data de validade:

Esta licença comprova a inscrição do interessado no Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP

Banco: - Nosso número:  
Valor do Pagamento:  
Linha digitável:

Devem ser respeitadas as normas específicas aplicáveis à Pesca Amadora.

Dúvidas e esclarecimentos: <http://www.mpa.gov.br>

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO.

Figura 25 - Exemplo de RGP com licença para pesca amadora

## 8.9 Pescadores Profissionais Regularizados

Os pescadores profissionais regularizados são caracterizados pelas pessoas que possuem o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), com data anterior à data do acidente e com isso estão deferidos junto ao SISRGp/SINPESq. Este documento atesta que a pessoa está regular junto ao órgão de gestão da Atividade Pesqueira no Brasil. Historicamente, o RGP foi instituído pelo Decreto – Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e ratificado pela Lei nº 11.959, de 26 de junho de 2009, denominada como a Lei da Pesca. Este documento é um instrumento do Poder Executivo que visa legalizar a atividade pesqueira no Brasil, credenciando as pessoas físicas ou jurídicas à exercerem a atividade de pesca ou aquicultura.

Em 2010, o Governo Federal adotou como ferramenta de gestão o recadastramento dos Pescadores Profissionais Artesanais, tornando-os regulamentados, inserindo estes no sistema do SisRGP (Sistema Informatizado do Registro Geral da Pesca) no SINPESq (Sistema de informação da Pesca e Aquicultura). O SINPESq é o sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira que possibilita o cadastro e controle dos processos de solicitação de inclusão no registro nacional de: embarcações, pescadores, aquicultores, empresas que comercializam organismos aquáticos vivos, aprendizes de pesca e entidades de classe.

Salienta-se que a maioria dos pescadores profissionais atingidos não possuem o documento (a cédula) do RGP atual, e com isso a Fundação Renova estabeleceu um protocolo de matriz de comprovação para identificação dos pescadores profissionais regulares. Aceitando assim, além da apresentação do a cédula do RGP, outros dois documentos, que apresentam reconhecimento jurídico semelhante:

- i) **Seguro defeso:** a comprovação por meio do recebimento do seguro desemprego Pescador Artesanal – “Seguro Defeso”. O período de vigência percorre os anos de 2014, ou 2015, ou 2016 para área identificada com impactada no TTAC, permitindo a vários atingidos que não têm seu documento atualizado, serem atendidos mediante a consulta do sitio da transferência do Governo;




- ii) **Protocolo de solicitantes de RGP:** O critério de aceitação é baseado na portaria nº 2.546 (de 29 de dezembro de 2017), que segundo o:

*“Artigo 2º- Ficam validados os protocolos de solicitação de Registro Inicial para Licença de Pescador Profissional Artesanal entregues a partir do ano de 2014 como documentos de regularização para o exercício da atividade de pesca.*

Neste caso, uma lista foi disponibilizada pela Casa Civil, compondo o nome de pessoas que possuem Protocolos de Pesca devidamente reconhecidos junto ao órgão, a partir do ano de 2014.

### 8.9.1 Elegibilidade

Para o atingido que é pescador profissional regularizado são consideradas as seguintes comprovações:

	Identificação do atingido.
	Comprovação de residência em área impactada à época do rompimento da barragem.
	Comprovação Laboral – descrito abaixo.

Comprovantes válidos para fins de comprovação laboral:

Documento 1	a) <b>REGISTRO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA-RGP</b> - Categoria: Pescador Artesanal
	b) <b>SEGURO DEFESO</b> - Categoria: Pescador Artesanal - emitidos entre 2014, 2015 e 2016.
	c) <b>PROTOCOLO DE SOLICITANTES DE RGP</b> - emitidos a partir de 2014

### 8.9.2 Classificação quanto à região pesqueira

Foram identificadas três regiões pesqueiras com características semelhantes, as quais são: (i) **Região continental**; (ii) **Região estuarina** e (iii) **Região marinha**.

A **região continental** da bacia hidrográfica do Rio Doce compreende o setor pesqueiro que se encontra na porção que vai desde o encontro do Rio Piranga com o Rio do Carmo (onde se inicia o Rio Doce) (UTM 23 K 717718.77 m E/ 7756528.99 m S) até a altura da fazenda Boa Vista no Município de Linhares-ES (24K 388128.05 m E / 7853374.32 m S).

A região **estuarina** compreende a foz do Rio Doce, com maior significância para os pescadores baseados nos distritos de Povoação e Regência e que realizam atividades pesqueiras tanto na foz do rio quanto nas adjacências marinhas.

Por último, considerou-se a região **marinha** compreendendo a faixa costeira entre Degredo (Linhares) ao norte e Barra do Riacho (Aracruz) ao sul, com exceção da foz, sendo a característica da pesca nesta região exclusivamente na área marítima.

### 8.9.3 Classificação quanto à categoria de pesca

A seguinte distribuição de categorias de pesca foi levantada durante as reuniões com os representantes da pesca:

- a. Pescador Desembarcado;
- b. Pescador e dono de barco a remo;
- c. Pescador e dono de barco de frota camaroeira;
- d. Pescador e dono de barco de frota de linha e emalhe;
- e. Pescador e dono de barco com motor de popa;
- f. Pescador e dono de barco com motor de centro;
- g. Pescador (Tripulante) embarcado em barco frota camaroeira;
- h. Pescador (Tripulante) embarcado em barco frota emalhe;
- i. Pescador (Tripulante) embarcado em barco motor de centro;
- j. Pescador (Tripulante) embarcado em barco motor de popa;

Além dos subgrupos de:

- k. Armador de Pesca ou Proprietário de Embarcação de frota camaroeira;
- l. Armador de Pesca ou Proprietário de Embarcação frota emalhe;
- m. Armador de Pesca ou Proprietário de Embarcação Pesqueira de motor de centro.

#### 8.9.4 Precificação

Com Cartão		Sem Cartão	
Lucro Cessante	Lucro Cessante no período de 05.11.2015 a 31.12.2017 <sup>1</sup> , no valor de R\$ 957,00/mês <sup>2</sup> .  * Descontar IRPF (tabela progressiva)	Lucro Cessante	Lucro Cessante no período de 05.11.2015 a 31.12.2017, no valor de R\$ 957,00/mês.  * Descontar IRPF (tabela progressiva).
Dano moral	R\$ 10 mil	Dano moral	R\$ 10 mil
Dano material	Varia conforme o grupo em que o pescador se enquadra	Dano material	Varia conforme o grupo em que o pescador se enquadra
Manutenção do Auxílio Financeiro (via cartão ou conta corrente).	Salário mínimo + 20% p/dependente + Cesta Básica Dieese até o fim do dano.	Retroativo do Auxílio Financeiro (via cartão ou conta corrente).	Salário mínimo + 20% p/dependente + Cesta Básica Dieese, até o fim do dano.

#### Observações:

- A indenização da pessoa que pratica a pesca profissional tem caráter personalíssimo, tendo como beneficiário o praticante da atividade pesqueira cadastrado pelo Programa de Cadastro Integrado. Assim, somente a pessoa atingida assinará o Termo de Conciliação.

<sup>1</sup> O pagamento do lucro cessante referente ao período posterior à 31/12/2017, será apurado anualmente, e assim sucessivamente para os anos posteriores, até que o dano cesse, conforme preconizado pela deliberação 119.

<sup>2</sup> Foi considerado a quantidade permitida para a pesca durante o período de piracema, de 3kg/dia (tendo como referência a PORTARIA Nº 154, 13 DE OUTUBRO DE 2011), durante 22 dias/mês, totalizando 66 kg/mês. E, o valor médio de precificação do quilo de peixe para o pescador profissional regularizado (R\$ 14,50). Ou seja, 66kg/mês x R\$ 14,50, totalizando R\$ 957,50/mês.

- Caso exista mais de um atingido praticante da pesca profissional no mesmo núcleo familiar, as tratativas serão individualizadas, isto é, a elegibilidade e posterior celebração de acordos de indenização serão aplicadas individualmente.
- O site de consulta (link.: [http://sinpesq.mpa.gov.br/portaria\\_rgp\\_cancelamento/web/index.php/publicacoes](http://sinpesq.mpa.gov.br/portaria_rgp_cancelamento/web/index.php/publicacoes)) encontra-se fora do ar, impossibilitando a análise. Desta forma, a apresentação das carteiras originais torna-se um item fundamental para o critério de elegibilidade.

## **8.10 Pescador comercial não-regularizado**

Os pescadores comerciais não-regularizados são aqueles que praticam a atividade de pesca e comercializam sua produção sem, no entanto, possuírem permissão oficial do governo para fazê-lo, ou seja, não possuem o RGP – Registro Geral de Pesca – de pescador profissional regularizado, válido.

Os órgãos responsáveis pela gestão da pesca no Brasil sofreram constantes alterações de hierarquia e organização estrutural nos últimos anos. Essa gestão foi repassada do Ministério da Agricultura, extinta SUDEPE, para o órgão de controle ambiental, o IBAMA. Em 2001 foi transferido novamente para Ministério da Agricultura – MAPA. O governo, em atendimento a uma demanda dos pescadores em 2003, criou a Secretaria especial da Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR, com status de ministério, ligada direta a Presidência da República, que fundamentou e impulsionou o setor produtivo. Como consequência, no ano de 2009, foi criado o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA. O ministério foi extinto em 2015 e as demandas da pesca e aquicultura retornaram para o MAPA e no ano de 2017 foram transferidas para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC. Ainda no ano de 2017, através da Lei nº. 13.502, demandas da pesca e aquicultura foram assumidas pela Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca, criada para este fim.

Esta realidade de alterações de gestores e de órgão circunstanciam constantes mudanças de diretrizes e orientação para identificação, caracterização e atendimento ao setor produtivo pesqueiro no Brasil. Muitas destas medidas implicam diretamente no reconhecimento ou não de grupos e categorias produtivas.

O Cadastro Integrado da Fundação Renova identificou um significativo número de pessoas que declararam pescar e comercializar sua produção sem a devida regularização, ou seja, essas pessoas possuíam RGP's com prazo de validade expirado. Assim, torna-se uma tarefa desafiadora atestar quem efetivamente exercia ou não a atividade de pesca comercial não-regularizada à época do rompimento, uma vez que não existem registros em sistemas do governo que possam atestar a condição desses pescadores.



A alternativa da simples autodeclaração mostra-se precária. Este método de comprovação é extremamente frágil, sendo apontado pelos próprios pescadores como um fator de desestabilização social, vez que pessoas que não pescavam à época do rompimento autodeclararam pescadores com objetivo de receberem as mesmas tratativas de pescadores regularizados locais.


Contudo, ainda que esta categoria estivesse em situação irregular, não sendo possível aplicar a mesma tratativa dada aos pescadores profissionais, entende-se que sua reparação deva considerar o exercício pesca e comercialização do pescado, pois como descrito acima, estes pescadores possuíam o RGP, mas enfrentaram dificuldades para mantê-lo ativo junto aos órgãos públicos responsáveis.

Isto posto, propõe-se a reparação dos pescador comercial não-regularizado, que executava a atividade de pesca e comercialização do pescado à época do rompimento da barragem de Fundão, através de documentos originais (ainda que apresentem data de validade expirada) de comprovação de ofício e, conforme proposta de indenização, ambas a seguir.

### 8.10.1 Elegibilidade

Para o atingido que exercia a pesca comercial não-regularizada à época do rompimento da barragem de Fundão, serão consideradas as seguintes comprovações:

	Identificação do atingido.
	Comprovação de residência em área impactada à época do rompimento da barragem.

	Comprovação Laboral - descrito abaixo.
---	--

Comprovantes válidos para fins de comprovação laboral:

<u>Documento 1</u>	a) <b>CARTEIRA DA SUDEPE</b> (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA) RGP – PESCADOR ARTESANAL - emitidas entre 1976 e 1982
	b) <b>CARTEIRA DO IBAMA</b> (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE) RGP – PESCADOR ARTESANAL - emitidas entre 1983 e 2001
	c) <b>CARTEIRA DO MAPA</b> (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA) RGP – PESCADOR ARTESANAL - emitidas entre 2001 e 2003
	d) <b>CARTEIRA DA SEAP/PR</b> (SECRETARIA ESPECIAL DA AQUICULTURA E PESCA / PRESIDENCIA DA REPUBLICA) RGP – PESCADOR PROFISSIONAL ARTESANAL - emitidas entre 2003 e 2010
	E) <b>SEGURO DEFESO – Pesca Artesanal</b> (PORTAL TRANSPARÊNCIA) Habilitação como beneficiário do Seguro Defeso – Pesca Artesanal (Link: <a href="http://www.portaltransparencia.gov.br/defeso/defesoListaFavorecidos.asp">http://www.portaltransparencia.gov.br/defeso/defesoListaFavorecidos.asp</a> ). - habilitado entre 2008 e 2013.

- Vigência das Carteiras:  
Carteiras emitidas até novembro de 2015.
- Validação do documento:  
Somente serão aceitos documentos originais, dado que o governo não mantém uma base atualizada destes RGP's.

### 8.10.2 Proposta indenizatória

Com Cartão			Sem Cartão		
Lucro Cessante	Lucro Cessante	no período 05.11.2015 a	Lucro Cessante	Lucro Cessante	período 05.11.2015 a

	31.12.2017 <sup>3</sup> , no valor de R\$ 957,00/mês <sup>4</sup> .  * Descontar IRPF (tabela progressiva)		31.12.2017, no valor de R\$ 957,00/mês.  * Descontar IRPF (tabela progressiva).
Dano moral	R\$ 10 mil	Dano moral	R\$ 10 mil
Dano material	R\$ 4,0 mil	Dano material	R\$ 4,0 mil
Manutenção do Auxílio Financeiro (via cartão ou conta corrente).	Salário mínimo + 20% p/dependente + Cesta Básica Dieese até o fim do dano.	Retroativo do Auxílio Financeiro (via cartão ou conta corrente).	Salário mínimo + 20% p/dependente + Cesta Básica Dieese, até o fim do dano.

#### Observações:

- A indenização da pessoa que pratica a pesca comercial não-regularizada tem caráter personalíssimo, tendo como titular o praticante da atividade pesqueira cadastrado pelo Programa de Levantamento e Cadastro Integrado. Dessa forma, o atendimento é similar ao do pescador profissional, ou seja, a pessoa atingida será a única a assinar os Termos de Conciliação.
- Caso exista mais de um atingido, praticante da pesca comercial não-regularizada no mesmo núcleo familiar, as tratativas serão individualizadas, isto é, a elegibilidade e posterior celebração de acordos de indenização serão realizadas individualmente.
- O site de consulta (link.: [http://sinpesq.mpa.gov.br/portaria\\_rgp\\_cancelamento/web/index.php/publicacoes](http://sinpesq.mpa.gov.br/portaria_rgp_cancelamento/web/index.php/publicacoes)) encontra-se fora do ar, impossibilitando a análise. Desta forma, a apresentação das carteiras originais torna-se um item fundamental para o critério de elegibilidade.

## 8.11 Pesca de Subsistência

A pesca para subsistência é definida como a atividade de pesca com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro, utilizando petrechos previstos em legislação específica (at. 8º, inciso II, "c" da Lei nº 11959- Lei da Pesca).

<sup>3</sup> O pagamento do lucro cessante referente ao período posterior à 31/12/2017, será apurado anualmente, e assim sucessivamente para os anos posteriores, até que o dano cesse, conforme preconizado pela deliberação 119.

<sup>4</sup> Foi considerado a quantidade permitida para a pesca durante o período de piracema, de 3kg/dia (tendo como referência a PORTARIA Nº 154, 13 DE OUTUBRO DE 2011), durante 22 dias/mês, totalizando 66 kg/mês. E, o valor médio de precificação do quilo de peixe para o pescador profissional regularizado (R\$ 14,50). Ou seja, 66kg/mês x R\$ 14,50, totalizando R\$ 957,50/mês.

Assim, na esteira da legislação conceitual pertinente, o Programa de Indenização Mediada também se vale da legislação que define as famílias de Ribeirinhos inclusa no manual do Cad. Único/MDS para caracterização dos pescadores de subsistência, conforme transcrição abaixo:

*"Populações tradicionais que residem em pequenas comunidades ou isoladas, às margens ou nas proximidades dos rios, se caracterizam por ter como principal atividade de subsistência a pesca e por ter como principal atividade de subsistência, com criação de animais de pequeno porte e extrativismo vegetal". (BRASIL MDS 2017, 85)*



Assim, temos que os Ribeirinhos do Rio Doce são aqueles que:


- i. Moram em área da união e próxima ao Rio Doce, estuário e foz;
- ii. Se autodeclararam ribeirinhos no IBGE e/ou CAD Único;
- iii. Têm modos de vida comuns à essa comunidade tradicional.

Esta definição de Ribeirinhos na legislação, está associada a situações geográficas e de ocupação de solos, pois, as relações específicas que esses grupos estabelecem com a terra onde vivem, tradicionalmente ocupadas, e a forma como se relacionam com os recursos naturais, fazem com que esses lugares sejam mais do que um bem econômico, vez que dela retiram os recursos para a manutenção de seus modos de vida.

### 8.11.1 Elegibilidade

No quadro abaixo, apresenta-se de forma sintética, os critérios de elegibilidade e precificação para a pesca de subsistência.

	Identificação do Atingido (comum a toda Política).
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recorte geográfico: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Residir dentro do limite geográfico do LMEO + 1000 metros (região a margem do Rio Doce) ou</li> <li>- Residir dentro do limite geográfico do LPM + 1000 metros.</li> </ul> </li> <li>Não residir em área urbana de municípios que possuam mais de 50 mil habitantes.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Renda: Renda per capita em seu núcleo familiar de até ½ (meio) salário mínimo. <ul style="list-style-type: none"> <li>- Quando houver idosos a partir de 65 anos ou pessoas com deficiência será subtraída a renda proveniente do Benefício de Prestação Continuada- BPC (equivalente a 1 salário mínimo); e, serão subtraídas as despesas que decorram diretamente da deficiência, incapacidade ou idade avançada, com medicamentos, alimentação especial, fraldas descartáveis e consultas na área da saúde.</li> <li>- Será subtraída renda proveniente do bolsa família.</li> </ul> </li> </ul>
---	--

A seguir, apresenta-se detalhadamente os critérios de elegibilidade e forma de precificação para os atingidos praticantes da pesca de subsistência.

#### 8.11.1.1 Recorte de renda

Com intuito de abranger as pessoas diretamente impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão que pescam para subsistência, a Fundação Renova segue também o previsto na lei 11.346 de 15 de setembro de 2006 que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, e que assim conceitua a segurança alimentar:

*"Art. 3º. A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis".*

As faixas dentro do limite de risco alimentar definidas pela Lei 11.346 e adotadas pela Renova são:

- faixa considerada de miseráveis ou extrema pobreza;
- faixa considerada de pobreza.
- Faixa considera de baixa renda

Desta forma, quanto ao critério de renda, serão consideradas para efeito de elegibilidade à indenização pela perda da atividade da pesca com fins de subsistência, as famílias situadas até a faixa da baixa renda, ou seja, que possuíam

renda per capita de até meio salário mínimo no momento de ingresso no cadastro integrado da Fundação Renova.

Observações:

- Para o cálculo da renda per capita familiar não são consideradas as rendas provenientes do Benefício de Prestação Continuada- BPC (equivalente a 1 salário mínimo) para as famílias que possuam indivíduos com 65 anos ou mais, ou pessoas deficientes, conforme o que preconiza a legislação pertinente. Também não será considerada renda proveniente do Programa Bolsa Família.

Além disto, para o cálculo da renda per capita familiar também serão subtraídas as despesas com medicamentos, alimentação especial, fraldas descartáveis e consultas na área da saúde, para as famílias que possuam indivíduos com 65 anos ou mais, ou pessoas deficientes conforme o que preconiza a legislação pertinente. Para isso, será considerado o valor mínimo de R\$ 200,00<sup>5</sup> (Duzentos reais) por cada indivíduo da família que se encontre na situação de idade ou deficiência citada. E, caso o impactado possua comprovantes que excedam o valor de R\$ 200,00 (Duzentos reais), ele poderá apresentá-los em substituição à adoção deste valor proposto pela Fundação Renova.

#### **8.11.1.1.1**    *Verificação de renda*

Conhecida a situação de informalidade do segmento, assim como os pescadores profissionais possuem dificuldades de comprovações de renda usuais (declaração de imposto de renda, notas fiscais e outros), os pescadores de subsistência encontram-se em situação ainda mais frágil de possibilidade de comprovações documentais. Portanto, a Renova buscou as seguintes soluções para verificação de renda:

- i. Declaração da renda no Cadastro Integrado;

---

<sup>5</sup> Valor obtido a partir da POF/IBGE 2008, para o Estado de Minas Gerais (R\$ 80,88), atualizado pela variação do salário mínimo de 2018 (130%: R\$ 185,93) e, ajustado para R\$ 200,00. Ou seja, uma correção de 147%.

- ii. Verificação de documentos de comprovação de renda, tais como: Carteira de Trabalho – CTPS, contracheque em caso de servidor público; Comprovante do Ministério do Trabalho; Comprovante do INSS; Extrato do FGTS;
- iii. Habilitados no Programa Social – Benefício de Prestação Continuada – BPC;

Habilitados no Programa Social – Bolsa Família - CadÚnico (Decreto nº. 6.135, de 26 de junho de 2007). A consulta do recebimento do benefício Bolsa Família é realizada através do link: <http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTematicas.asp>.

#### 8.11.1.2 Recorte Geográfico

O “recorte geográfico” definido a seguir, possibilita o atendimento no PIM de famílias ribeirinhas, tradicionalmente reconhecidas como pescadores de subsistência, ou ainda que não sejam tradicionalmente ribeirinhos, mas que residem às margens ou na proximidade do Rio Doce e que se encontram em situação de insegurança alimentar (principalmente os trabalhadores rurais, agricultores familiares e pessoas residentes em comunidades pesqueiras, que declararam complementação alimentar pela pesca no Cadastro Emergencial e no Cadastro Integrado).

Para determinação do “recorte geográfico” que identificaria os atingidos situados nas margens/proximidade do rio, que tiveram que interromper a prática da pesca para subsistência com o rompimento da barragem, partiu-se do conceito de Linha Média das Enchentes Ordinárias (LMEO), sendo acrescido de um *buffer* 1.000 metros a partir da LMEO.

O paradigma utilizado para definição do recorte geográfico da Linha Média das Enchentes Ordinárias (LMEO) foi o estabelecido pela União na região da Amazônia Legal, onde foi dimensionada uma área com raio de 500 m, com fins de assentamento de famílias de povos ribeirinhos. Essa área de 500 metros foi estabelecida considerando ser a metragem necessária para construção de moradia, bem como ser apta para plantio e manejo sustentável capaz de garantir a segurança alimentar de uma família.

O Decreto-Lei Nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e respectivas alterações e atualizações, delimitam a margem de inundação das enchentes ordinárias. Assim, de acordo com esse Decreto, são de posse da União, os terrenos marginais aos rios, representado por toda faixa lindeira à LMEO até uma distância de 15 metros, medidos horizontalmente em direção à parte da terra.

#### 8.11.1.2.1 LMEO do Rio Doce

A seguir, são detalhados os procedimentos adotados pela equipe de especialistas em pesca da Fundação Renova para se obter o LMEO do Rio Doce e para definição do *buffer* de 1000 metros.

#### A) Definição da chuva com Tempo de Retorno (TR) de 3 anos

Foram utilizadas 10 estações fluviométricas instaladas ao longo do Rio Doce, considerando somente o trecho federal da área atingida até a foz, ou seja, da confluência com o Rio Gualaxo até o mar, conforme figura a seguir:



Figura 26 - Localização das estações fluviométricas ao longo do Rio Doce. Fonte: Boletim CPRM<sup>6</sup>

Foram utilizados os dados de chuva de 1970 até 2016 para definição da chuva com TR de 3 anos. Seguindo esta metodologia chegamos a um

<sup>6</sup> CPRM – Serviço Geológico do Brasil – Disponível em: [www.cprm.gov.br/sace/index\\_bacias\\_monitoradas.php?getbacia=bdoce#](http://www.cprm.gov.br/sace/index_bacias_monitoradas.php?getbacia=bdoce#) (Bacia do Rio Doce / Monitoramento Especial)

intervalo entre 35mm e 40mm de chuva como tempo de retorno de entre 3 e 5 anos.

### **B) Definição da cota de inundação**

Foi utilizado também os dados das estações fluviométrica identificando os períodos de chuva caracterizados pela intensidade de chuva calculada no item anterior (35-40mm) e chegamos aos valores de pico de cheia medidos pelas estações. Estes valores são informados em centímetros de variação do nível de água. Os valores de pico, em centímetros, foram somados às cotas altimétricas para determinação da cota de inundação, a LMEO.

### **C) Projeção da LMEO**

Este trabalho foi elaborado com base nas metodologias indicadas pela SPU-Secretaria de Patrimônio da União e legislação que a define, entretanto, não foram realizados os trabalhos e campo, entrevistas para validação do traçado.

A escala da base cartográfica existente para o trecho também apresenta detalhamento inferior ao sugerido pela SPU, podendo, portanto, serem revisados e melhorados com a aquisição de base cartográfica mais detalhada para todo o trecho.

Apesar destas mudanças na metodologia sugerida pelos decretos, entendemos que o produto gerado neste trabalho expressa a realidade com uma aproximação bastante elevada, dada a qualidade dos dados utilizados. Para oficialização da LMEO será necessário submeter estes limites à apreciação da SPU (Secretaria de Patrimônio da União – Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), na seção do Estado de Minas Gerais, para homologação.



georreferenciado<sup>8</sup> e do histórico sobre implantação da Ferrovia Vitória Minas e da construção de hidroelétricas na calha do rio, obteve-se informação que as famílias que residiam no limite do LMEO + 500 haviam sido deslocadas para dar lugar a implantação desses empreendimentos.

#### **E) Públicos residentes na LMEO+1000 metros de áreas urbanas**

Como observado acima, o manual do Cad. Único/MDS considera que as populações residentes em pequenas comunidades isoladas, às margens ou nas proximidades dos rios, dependem fundamentalmente da prática da pesca para subsistência para obtenção da segurança alimentar, especificamente a aquisição de proteína animal. Por outro lado, não foram encontradas evidências de que as populações situadas às margens ou proximidade de rios, mas que residem em áreas urbanas mais adensadas, apresentem a mesma dependência para garantia da segurança alimentar. Assim, como forma de se observar as diferenças existentes no modo de vida, especialmente quanto aos hábitos de aquisição de alimentos entre as populações que residem nas proximidades das margens do rio, fez-se necessário uma adequação ao critério de recorte territorial.

Tomando-se como base um levantamento do Censo Demográfico de 2010, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e publicado pelo "UOL Notícias" em novembro de 2011, observou-se que há um predomínio das condições de pobreza em municípios com populações menores que 50 mil habitantes, o que poderia desconsiderar um contingente de pessoas atingidas de pequenos municípios com áreas urbanas menos adensadas e que se valem da pesca para subsistência para complementação alimentar.

*"Apesar de estar em queda, a desigualdade de renda no Brasil ainda é acentuada e com índices de pobreza mais presentes, principalmente, em municípios de 10 mil a 50 mil habitantes. Os dados integram um novo levantamento do Censo Demográfico 2010 divulgado nesta quarta-feira (16) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)". (UOL Notícias, 2011)*

---

<sup>8</sup> Obtido através de estudos na calha do rio e que pode ser feito por foto interpretação (IN 02-2001 Demarcação dos Limite da Preamar Média LPM e LMEO – Ministério do Planejamento), foi realizada delimitando o LMEO em todo o território.

A partir desse estudo, propõe-se considerar as populações urbanas atingidas pelo rompimento da barragem e situadas dentro do LMEO+1000 metros de municípios que possuam até 50 mil habitantes, como elegíveis à indenização pela interrupção da prática da pesca para subsistência.

Apresenta-se a seguir a relação de municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, conforme o TTAC, com respectivo número de habitantes:

Cidades	Estados	Número de habitantes	
		2010	2017
<b>1. Aimorés</b>	MG	24.959	25.711
2. Alpercata	MG	7.172	7.515
3. Aracruz	ES	81.832	98.393
<b>4. Baixo Guandu</b>	ES	28.081	31.794
5. Barra Longa	MG	6.143	5.624
6. Belo Oriente	MG	23.397	26.158
7. Bom Jesus do Galho	MG	15.364	15.459
8. Bugre	MG	3.992	4.146
9. Caratinga	MG	85.239	91.841
10. Colatina	ES	111.788	124.525
<b>11. Conselheiro Pena</b>	MG	22.242	23.240
12. Córrego Novo	MG	3.127	2.970
13. Dionísio	MG	8.739	8.287
14. Fernandes Tourinho	MG	3.030	3.369
<b>15. Galileia</b>	MG	6.951	7.034
16. Governador Valadares	MG	263.689	280.901
<b>17. Ipaba</b>	MG	16.708	18.375
18. Ipatinga	MG	239.468	261.203

19. Itueta	MG	5.830	6.120
20. Iapu	MG	10.315	10.962
21. Linhares	ES	141.306	169.048
22. Mariana	MG	54.219	59.857
23. Marliéria	MG	4.012	4.129
24. Naque	MG	6.341	6.930
<b>25. Periquito</b>	MG	7.036	7.060
26. Pingo d'Água	MG	4.420	4.873
27. Raul Soares	MG	23.818	24.368
<b>28. Resplendor</b>	MG	17.089	17.715
29. Rio Casca	MG	14.201	14.130
<b>30. Rio Doce</b>	MG	2.465	2.623
31. Santa Cruz do Escalvado	MG	4.992	4.960
32. Santana do Paraíso	MG	27.265	32.828
33. São Domingos do Prata	MG	17.357	17.787
34. São José do Goiabal	MG	5.636	5.633
35. São Pedro dos Ferros	MG	8.356	8.181
36. Sem-Peixe	MG	2.847	2.776
37. Sobrália	MG	5.830	5.791
38. Timóteo	MG	81.243	88.931
<b>39. Tumiritinga - MG</b>	MG	6.293	6.739

*Tabela 13 - Descrição da quantidade de habitantes dos municípios pelo censo do IBGE 2010/2017, durante os anos de 2010 e 2017*

Os municípios destacados, em negrito, possuem população menor ou igual à 50 mil habitantes e tem sua área urbana adjacente ao Rio Doce, totalizando 9 municípios contidos no TTAC nesta condição. Em Linhares, situação semelhante ocorre, em que distritos, considerados zona urbana, em função do fator de subsistência dos pescadores ali residentes com o Rio Doce, também são atendidos nessa política.

Além dos municípios contidos originalmente no TTAC foram incluídos entre os municípios atingidos pelo rompimento da barragem, através da Deliberação nº 058 do CIF, os municípios de Aracruz (98.393 hab. – estatísticas IBGE/2017), São Mateus (126.437 hab. – estatísticas IBGE/2016) e Serra (502.618 hab. – estimativa IBGE/2017). Entretanto, como pode ser observado, a população destes municípios ultrapassa o montante de 50 mil habitantes e, dessa forma, ainda que suas respectivas áreas urbanas estivessem adjacentes ao LMEO do Rio Doce, não se obteria aderência aos critérios de elegibilidade adotados.

### 8.11.1.3 Projeção do LPM

A Fundação Renova está realizando o levantamento de dados, informações para projeção do recorte geográfico que irá compor o conjunto de critérios de elegibilidade para indenização dos públicos atingidos que praticam a pesca para subsistência nas regiões costeiras constantes no TTAC.

Analogamente ao que foi adotado para definição do recorte geográfico das populações localizadas às margens ou nas proximidades do Rio Doce, quando se utilizou Linhas Médias de Enchentes Ordinárias (LMEO) acrescido de um *buffer* de 1000 metros, existe a possibilidade de se aplicar o Limite da Preamar Média (LPM)<sup>9</sup> acrescido de um *buffer* atinente à realidade da pesca para subsistência praticada na área costeira.

### 8.11.2 Proposta indenizatória

Modalidade	Com Cartão	Sem Cartão
<b>Dano moral</b>	R\$ 10 mil	R\$ 10 mil

<sup>9</sup> A LPM compreende uma faixa de 33 metros, determinada pela interseção do plano horizontal que contém os pontos definidos pela cota básica, representativa do nível médio das preamares constantes da tábua de maré, publicado pela Diretoria de Hidrografia e Navegação do Comando da Marinha (DHN), contados a partir do mar em direção ao continente. Ver Decreto-Lei nº 9.760, de 1946.

<b>Dano material</b>	R\$ 1,2 mil	R\$ 1,2 mil
<b>Auxílio Financeiro Emergencial</b>	Manutenção	Retroativo e Manutenção

Observações:

- O valor do dano moral (R\$ 10.000,00) é o mesmo para todas as categorias da pesca (pesca profissional, pesca pescador comercial não-regularizado e pesca para subsistência).
- O valor do dano material estabelecido para os atingidos da pesca de subsistência é formado dos petrechos utilizados por essa categoria, a partir da “pesca de barranco” ou pequenas embarcações não motorizadas (por ex. canoas).

O Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) será aplicado conforme as deliberações 111 e 119 do CIF. Para os atingidos praticantes da pesca para subsistência que já recebem o AFE, o pagamento será mantido até que seja possível a retomada da pesca para subsistência. Já para os atingidos dessa categoria de pesca e que ainda não recebem o AFE, será realizado o pagamento dos meses anteriores, retroativo a novembro de 2015, e, também nesses casos, o pagamento será mantido até que seja possível a retomada atividade de pesca em questão.

### 8.11.3 Famílias Autodeclaradas Indígenas

Já as famílias que se declaram indígenas e pescadoras são atendidas de duas formas distintas:

#### 8.11.3.1 Indígenas aldeados

São reconhecidos indígenas e, por residirem em terras indígenas delimitadas, são atendidos como “indígenas aldeados” a partir da atuação conjunta dos Programas de Indenização Mediada e de Comunidades

Indígenas da Fundação Renova, além dos órgãos governamentais e sociais responsáveis.

#### 8.11.3.2 Indígenas não-aldeados

São reconhecidos indígenas e, por residirem fora de terras indígenas delimitadas, são atendidos como “indígenas não-aldeados” no Programa de Indenização Mediada, através da Política de Pesca, conforme respectiva categoria.

## 9. ATENDIMENTOS

Uma vez definida a política de atendimento com todos os parâmetros que permitem a composição da proposta e pactuados juntos à população impactada, ocorrem os atendimentos nos escritórios de indenização.

No caso específico da pesca, por se tratar de parâmetros já amplamente discutidos e negociados com os representantes dos grupos atingidos ao longo do território, o atendimento pode ser no modelo simplificado (a critério do atingido).

Abaixo segue uma comparação entre o modelo tradicional utilizado no PIM (completo) e o modelo simplificado que pode ser utilizado pelas pessoas que tiveram danos relativos à pesca após aprovação da Política Indenizatória.












Atendimento	Processo	Esforço	Comprovação
<b>Completo</b>		 13hh de mediador + 19hh de analista <b>32hh total</b>	 Identificação  Residência em área impactada à época do evento  Comprovante de ofício  Renda
<b>Simplificado</b>		 4hh de mediador + 2hh de analista <b>6hh total</b>	 Identificação  Residência em área impactada à época do evento  Comprovante de ofício

Figura 28 - Comparação entre métodos de atendimento

Para os outros grupos de danos (areeiros e empreendedores de turismo), embora os mesmos tenham passado pela construção das Políticas Indenizatórias, devido à complexidade do cálculo dos seus danos, eles continuam sendo atendidos pelo modelo convencional, porém com uma flexibilização bem maior das comprovações que originalmente seriam solicitadas em função da possibilidade de se valerem das Políticas Indenizatórias, o que também leva a uma redução no tempo de atendimento.

### 9.1. Convocação dos atingidos

A convocação das pessoas atingidas para participar do PIM Dano Geral é realizada através de contato proativo, feito pelos mediadores dos Centros de Indenização Mediada. A pessoa que foi cadastrada e passou pelos critérios de elegibilidade do PIM é convidada a participar do programa através de uma ligação telefônica. Portanto, uma vez cadastrada, a pessoa impactada não precisa entrar em contato com a Fundação Renova, mas sim, aguardar a convocação.

Caso não seja possível o contato telefônico com a pessoa, o seguinte fluxo de tentativa de contato é seguido:

- 6 ligações telefônicas;
- Envio de carta com AR;
- Envio de SMS ou Whatsapp;
- Envio de e-mail;
- Visita domiciliar (equipe de diálogo da Fundação);
- Articulação com prefeituras (CRAS);
- Cruzamento com banco de dados do CADÚnico;

Findadas todas estas tentativas, a pessoa impactada é reportada com não encontrada para fins de indenização.

### 9.2. Opções para o atingido no âmbito do PIM e relação com o auxílio emergencial

É importante destacar que as pessoas atingidas poderão optar por quatro maneiras de serem atendidas, podendo escolher a que melhor lhe convier. Cada pessoa atingida poderá avaliar o que é mais adequado para seu caso e prevalecerá a autonomia de escolha de cada pessoa.

- **Atendimento via política de indenização:** Conforme detalhamento acima no tópico correspondente às Políticas Indenizatórias, esse atendimento abrange aquelas pessoas que não possuem as comprovações necessárias de renda, ofício ou dano para

participar do processo convencional de indenização. Nesta modalidade de atendimento, basta trazer comprovações básicas como identidade, residência, posse e outras. Comprovações de maior complexidade como renda e duração do dano não são necessárias, uma vez que são parâmetros estimados em consenso na Política Indenizatória.




- **Atendimento por comprovação:** Destinado àquelas pessoas que possuem toda a comprovação necessária para levantamento do seu dano. Neste caso, a pessoa será indenizada de acordo com o montante levantado através destes documentos como, por exemplo: declaração de imposto de renda, notas fiscais de venda, comprovação de tempo de incidência do dano e outros.
- **Não celebração do acordo:** Neste caso, a pessoa atingida escolhe não aderir ao PIM e buscar vias judiciais para solução de seus pleitos.

Independentemente da opção ou situação acima relacionada que a pessoa impactada se encontra, cabe esclarecer que o recebimento de **danos morais** para pessoas de uma mesma classe laboral é feito através do pagamento de valores iguais entre todos os indivíduos atingidos daquele grupo. Não há distinção, por exemplo, entre pessoas que recebiam o Auxílio Financeiro e pessoas que não o recebiam quando se trata de pagamento de danos morais e todos recebem o mesmo valor.

O pagamento de danos morais advém do fato da impossibilidade do prosseguimento da prática profissional daquela pessoa e a consequente incerteza com relação ao futuro, fatores estes que caracterizam sofrimento, sem dúvida, maior do que mero dissabor ou aborrecimento. A esta condição de incerteza estão todos os atingidos de um mesmo grupo submetidos, sejam aqueles que recebem auxílio financeiro ou não. Entretanto, a pessoa que não recebeu o Auxílio Financeiro receberá de uma só vez o montante devido até o momento, equalizando as duas situações. Jurisprudências brasileiras de casos semelhantes levam em consideração, na determinação do valor do dano moral a ser pago, as ações realizadas pela causadora do dano como um todo. Neste caso, a Fundação Renova realizou, como um todo, ações mitigatórias como auxílio financeiro emergencial,

fornecimento de água potável, fornecimento de alimentação animal e outros que atenderam a população impactada de maneira heterogênea, mas deixando claro o esforço na mitigação do dano.

Com relação aos documentos comprobatórios, a comprovação de residência segue o mesmo padrão já utilizado em outras iniciativas de indenização como, por exemplo, as indenizações pelo dano de desabastecimento de água. É um protocolo de documentos flexível e exaustivamente testado ao longo dos atendimentos já realizados.

	Identificação do atingido
	Comprovação de residência em área impactada à época do rompimento da barragem
	Comprovação Laboral

*Figura 29 - Comprovações necessárias*

O TTAC descreve critérios de priorização que levam em consideração o impacto na comunidade local e a vulnerabilidade da mesma. Neste sentido, a cláusula 32ª dispõe:

**“CLÁUSULA 32: O PROGRAMA deverá priorizar a reparação dos IMPACTADOS residentes nos municípios e distritos de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, Mascarenhas, Regência e Povoação.”**

O PIM realizou os primeiros atendimentos do programa no município de Barra Longa e no distrito de Regência, seguindo a priorização. Em seguida, realizou atendimentos em Povoação, Mascarenhas, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, entretanto, a informalidade e falta de comprovação levou a não possibilidade de prosseguimento dos atendimentos devido ao tempo necessário para construção das Políticas Indenizatórias que viabilizassem os acordos.

Vale lembrar que o atendimento em Mariana não foi iniciado, vez que o Cadastro Integrado ainda se encontra em fase de aplicação. No entanto, antecipações de

indenização solicitadas pelos atingidos mediante registro de manifestação via Canais de Relacionamento da Renova são realizadas.

### **9.3. Assistência jurídica**

Conforme estabelecido na Cláusula 38ª do TTAC, a Fundação Renova deverá promover assessoria jurídica gratuita aos atingidos – em especial às populações vulneráveis - que não tiverem representados por advogados, na celebração dos acordos firmados no âmbito do PIM. O parágrafo único da referida cláusula, por sua vez, estabelece que Fundação poderá celebrar parcerias com as Defensorias Públicas para atendimento a tal determinação.

Neste contexto, a equipe do PIM, desde a fase pré-operacional do programa, vem mantendo diálogo com as Defensorias Públicas dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, bem como com a Defensoria Pública da União visando ao atendimento dos atingidos que não estão representados por advogados.

Neste contexto, o presente documento visa a apresentar a proposta da Fundação Renova para garantir a assistência jurídica a todos os atingidos que serão atendidos no PIM e não estão assistidos por advogados.

## 10. AÇÕES PÓS-INDENIZAÇÃO

Independente da forma que o atingido opte pelo processo indenizatório (conforme alternativas mencionadas anteriormente), a Fundação Renova, através dos demais programas previstos no TTAC, tem implantado ações que buscam assegurar:

- Acesso à informação sobre educação financeira;
- Possibilidades de atividades de geração de renda;
- Acesso à qualificação e requalificação no mundo do trabalho;
- Em parceria com o poder público, assegurar o acompanhamento das Famílias, nos CRAS, na perspectiva de fortalecer os vínculos familiares, uma vez que o aspecto econômico possibilita alterações nas relações sociais;

Assim, serão implementadas ações que busquem de fato a proteção para as famílias e os indivíduos, no momento que começar a efetivar os pagamentos das indenizações. Tais ações serão focadas para os grupos mais vulneráveis, considerando que em alguns casos, os volumes de recursos financeiros que serão pagos são quantias das quais estes grupos não acessam no seu cotidiano.

Para atender a esse público foi criada a indenização assistida, projeto que, em parceria com os Programas de Proteção Social, PIM e Diálogo Social, objetiva apoiar famílias e/ou indivíduos no processo de retomada de seu modo de vida, auxiliando-as com o acompanhamento social durante o processo indenizatório. Essa proposta traz um olhar de reposição das perdas materiais, assim como de proteção social<sup>10</sup> para o processo das indenizações, permitindo, ainda, identificar possíveis casos de famílias em situações de vulnerabilidade social e/ou de conflitos, que necessitam de acompanhamento e encaminhamentos.

As duas linhas de atuação idealizadas para o processo de indenização assistida são:

---

<sup>10</sup> A proteção social básica “tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.” (PNAS, p.33).

- Perdas materiais: oferecer orientação gratuita quanto ao uso e aplicação da indenização recebida para a retomada do modo de vida àqueles que, voluntariamente, manifestarem interesse por informações e apoio, respeitando a autonomia do impactado enquanto sujeito capaz de escolhas livres;
- Proteção social: fazer o acompanhamento social dos impactados e suas famílias no sentido de minimizar os possíveis riscos de saúde, ao ciclo de vida e outros riscos sociais diversos.

Diante da situação de vulnerabilidade dos atingidos, e no intuito de minimizar seus efeitos, a proposta de **indenização assistida** busca:

- Realizar um atendimento que promova não só o pagamento da indenização, mas o acompanhamento das famílias em suas demandas sociais;
- Promover a integração entre os projetos existentes na Fundação Renova na perspectiva de alcançar resultados coletivos na reparação destas famílias vulneráveis;
- Apoiar a interface entre os órgãos governamentais e as instituições sociais nas cidades impactadas incentivando o fortalecimento da rede de atendimento no apoio às famílias e ou indivíduos vulneráveis;

Além da proposta de indenização assistida, no ato da indenização, com o apoio do Programa de Proteção Social, informações sobre cuidados relacionados à educação financeira estarão disponíveis em formato impresso, para ajudar nas orientações para as famílias e indivíduo. Além disso, a Fundação Renova firmou convênio com a Caixa Econômica Federal, de forma que são disponibilizados espaços físicos nos escritórios do PIM ou outros meios de garantir o atendimento dos atingidos para:

- Efetuar a regularização de CPF quando necessário;
- Receber orientação sobre a regularização dos demais documentos;
- Receber orientação sobre como regularizar o CPF caso o problema esteja fora da alçada da CEF;
- Receber orientação sobre como fazer o bom uso dos recursos financeiros, através de um programa de educação financeira. Será

disponibilizada uma cartilha contendo informações de cunho social, econômico e financeiro;

- Abrir contas de poupança ou contas correntes para as pessoas que tenham interesse.

Não obstante à educação financeira, o Programa de Proteção Social prevê no escopo que define o programa a execução de um projeto que promoverá um conjunto de ações integradas com o Programa ACESSUAS TRABALHO, do Governo Federal. O Programa de Proteção Social fará identificação das vulnerabilidades agravadas neste público atingido, a qual, uma das prováveis, é o acesso à renda. Está previsto a construção de planos municipais contendo ações que venham mitigar estas reparações.

Algumas ações de reparação relacionadas ao Programa de Proteção Social, prevista nos planos municipais, que suportarão os atingidos indenizados pelo PIM, são listadas a seguir e buscam prover uma proteção para estas famílias e ou indivíduos que se apresentam frágeis neste aspecto:

- **Quem e quantos são** - A partir do Cadastro Integrado, será feito o reconhecimento do perfil das famílias e ou indivíduos, objetivando uma primeira identificação de quem e quantos são assistidos pela Política de Assistência Social;
- **Após identificação** - Ação em conjunto com o CRAS, desenvolvida dentro da Política de Assistência Social, e que buscará a partir da identificação das vulnerabilidades e pagamentos das indenizações, fazer um acompanhamento destas famílias e ou indivíduos, dentro do Programa de Atenção Integrada da Família – PAIF. Assim, serão desenvolvidas ações conforme tipificação dos serviços socioassistenciais;
- **Geração de Renda** - Apoio à implantação de ações de geração de renda, observando as especificidades deste público vulneráveis. O Programa de Proteção Social buscará junto com o Programa de Inovação possibilitar o acesso deste grupo às atividades de geração de renda. Estas ações, além de observar a especificidade da vulnerabilidade, desenvolverá iniciativas de

geração de renda com foco para os segmentos jovens, idosos, pessoas com deficiência e mulheres;

- **Mundo do trabalho** – O Programa de Proteção juntamente com o CRAS, desenvolverá ações que possibilitam o acesso destes grupos já especificados à qualificação e requalificação para o mundo do trabalho. Com a possibilidade de ter acesso a um valor monetário, criar oportunidade de nova inserção deste grupo no mundo do trabalho, por meio de parcerias que ajude a desenvolver empreendedorismos.

Quanto ao processo de recuperação dos micro e pequenos negócios, a Renova inicia, mesmo antes da conclusão do processo de indenização, um modelo de assessoria técnica individualizada, em parceria com o SEBRAE, no qual se primará pelo modelo de consultoria personalizada no formato “Negócio à Negócio”, no qual o empreendedor atingido que aderir à proposta, receberá a visita de um consultor, que fará o diagnóstico das necessidades do empreendimento, no que diz respeito à processos de gestão, de mercado e da retomada do negócio propriamente dita.

Adicionalmente, em algumas regiões que tiveram um maior número de negócios diretamente afetados pelo rompimento da barragem, como Mariana, Regência e Povoação, a Renova buscará apoiar grupos produtivos locais, de base comunitária e sustentável, seguindo a metodologias adequadas a cada realidade – desde a promoção de Clusters e Arranjos Produtivos Locais até a perspectiva de promoção dos ecossistemas de mercados inclusivos.

As atividades para a retomada dos micro e pequenos negócios atingidos levarão em consideração duas vertentes, a saber: uma no modelo tradicional tendo como base as orientações contidas na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e cuja orientação será realizada por instituição reconhecida e ferramental disponível. Serão repassados aos microempreendedores informais, as informações pertinentes à formalização dos mesmos, segundo a figura do Microempreendedor Individual – MEI, afim de que os mesmos possam como formalizados, emitir notas fiscais e ter acesso ao mercado formal, incluindo as prefeituras na abrangência das compras governamentais (Lei Complementar – 123/2006), a qual possibilita um nicho específico para as micro e pequenas empresas.

No outro modelo, pretende-se incluir o conceito de “Negócios Sociais” ou de “Impacto Social”, que já conta no Brasil com um ecossistema de organizações e empreendedores, investidores, incubadores, aceleradoras, instituições de ensino e veículos de comunicação com foco no tema, os quais se retroalimentam na disseminação do conceito e na potencialização deste tipo de negócio. Este trabalho adotará como premissas básicas, a redução dos **custos de transação; a redução das condições de vulnerabilidade; a ampliação das possibilidades de aumento de renda; a promoção de oportunidades de desenvolvimento; o fortalecimento da cidadania e dos direitos individuais. Este modelo de negócio provoca o protagonismo do microempreendedor e utiliza métricas de avaliação reconhecidas internacionalmente como SROI, a qual verifica o impacto social do investimento.**

Para implementação, será feita consulta aos micro e pequenos empreendedores sobre a pretensão ou não, de migrar para um novo negócio. No caso de a resposta ser positiva, haverá um estudo das potencialidades e vocações para que um novo empreendimento possa ser viabilizado. O modelo de incubação levará em consideração a migração para um novo negócio no modelo tradicional e incubações de micro e pequenos negócios com base tecnológica e aceleração com parcerias, como a Rede Mineira de Inovação.

Entre os pescadores, maior grupo produtivo a ser indenizado, o programa de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira, que tem como principal objetivo a retomada da atividade pesqueira na região do Rio Doce e de sua Foz, implementará ações estruturadas de manejo pesqueiro sustentável, integração produtiva entre grupos de pescadores e a indústria da pesca e o desenvolvimento de alternativas de negócios coletivos sociais.

O programa divide-se em três linhas de trabalho:

- Manejo pesqueiro sustentável: Implementar um plano de recuperação da pesca e aquicultura, articulados com ações ambientais e infraestruturais.
- Alternativas de negócios coletivos sociais: Construir alternativas de negócios coletivos sociais, de forma participativa com a comunidade pesqueira impactada.

- Desenvolvimento do associativismo: Fortalecer associações, colônias e outras agremiações de pescadores, de maneira a potencializar sua inserção nas cadeias produtivas de valor da indústria pesqueira.

Assim, não somente pelos exemplos citados acima, a Fundação Renova busca integrar as ações coletivas previstas no TTAC à indenização individual no âmbito do PIM, de forma que os esforços sejam direcionados a efetivamente materializar ações que representam a construção de uma Política de Reparação Integrada a todos atingido.

## 11. CONCLUSÃO

Como foi exposto, a Fundação Renova empreende os melhores esforços para possibilitar o pagamento de indenizações mesmo em um ambiente de alta informalidade. O desenvolvimento e implantação das Políticas Indenizatórias, como opção de atendimento e indenização, visa garantir uma forma isonômica e colaborativa junto às pessoas impactadas para possibilitar a construção de um método que possibilite os pagamentos de maneira justa e célere, evitando a judicialização, que no caso de alta informalidade poderia prejudicar o atingido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELIBERAÇÃO 111, do Comitê Interfederativo, Brasília-DF, 25 de setembro de 2017.

DELIBERAÇÃO 119, do Comitê Interfederativo, Brasília-DF, 23 de outubro de 2017.

2017. BRASIL. MDS - Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **"Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal"**. 3ª edição. Brasília.

TERMO DE TRANSAÇÃO E DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TTAC), Brasília-DF, 02 de março de 2016.

UOL Notícias. **"Pobreza é maior em municípios de até 50 mil habitantes, aponta Censo 2010"**. Disponível em: <[noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/11/16/pobreza-e-maior-em-municipios-de-ate-50-mil-habitantes-aponta-censo-2010.htm](http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/11/16/pobreza-e-maior-em-municipios-de-ate-50-mil-habitantes-aponta-censo-2010.htm)> acesso em: 29 de novembro de 2017.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946.

BRASIL. Lei Nº 11.481 de maio de 2007. Altera, atualiza e consolida a legislação.